

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO (DCHE)  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

GISELE DO AMARAL MACHADO

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA  
ESTUDANTES SURDOS: uma revisão bibliográfica na  
educação**

SOROCABA-SP  
2020

GISELE DO AMARAL MACHADO

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTUDANTES SURDOS:**  
uma revisão bibliográfica na educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Carlos - campus Sorocaba - do Curso de Pedagogia, do Centro Ciências Humanas e Biológicas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de pedagoga.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Teresa Cristina  
Leança Soares Alves.

Sorocaba-SP  
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO (DCHE)  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

**GISELE DO AMARAL MACHADO**

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA PESSOAS SURDAS: UMA REVISÃO  
BIBLIOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como exigência parcial para a obtenção do título  
de Licenciada no Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal de São Carlos, *campus*  
Sorocaba. Sorocaba, 09 de dezembro de 2020.

Orientadora



---

Prof.ª M.ª Teresa Cristina Leança Soares Alves

Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

Examinadora

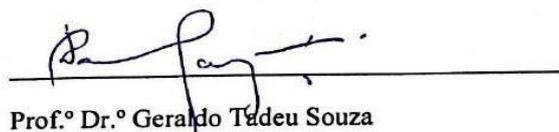


---

Prof.ª M.ª Daniele Silva Rocha

Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

Examinador



---

Prof.º Dr.º Geraldo Tadeu Souza

Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de encerrar mais um ciclo importante da minha vida. Agradeço também a Nossa Senhora por guiar meus passos dentro da Universidade, iluminando-me e protegendo.

A finalização do curso também não seria possível se não fossem meus pais, sem o apoio e o amor que recebi de minha família. À minha mãe, minha infinita gratidão por tanto carinho, amor e paciência durante todos estes anos. Ao meu pai, agradeço com todo coração os anos de dedicação para que eu não perdesse as aulas a noite, mesmo sabendo que estava muito cansada depois de um dia de trabalho.

Dedico também este trabalho a minha querida amiga Ângela, nem tenho palavras para agradecer por tudo que fez e faz por mim.

Agradeço à professora Teresa pelo apoio, pela paciência, pelo carinho e pela força durante estes anos. Também incluo profundos agradecimentos aos professores Geraldo e Daniele por fazerem parte deste processo tão importante para mim.

Agradeço ao Universo tão bom e generoso comigo.

A todos, gratidão!

## RESUMO

A pesquisa busca levantar produções científicas produzidas de 2009 a 2019 tendo como ponto de partida a publicação de Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A busca foi realizada nas bases de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), procurando analisar, refletir e descobrir quantas publicações relacionam o aprendizado de Língua Portuguesa para estudantes surdos assim como descobrir quais publicações que trazem práticas pedagógicas. Ao total foram analisados dez artigos do período de 2009 a 2019. Como resultado, encontrou na SciELO apenas três publicações que continham sucintamente alguma prática pedagógica que poderia contribuir para o aprendizado da segunda Língua como refere o Decreto nº 5.626/05. Na base de dado da ANPEd, apenas uma publicação. Ao total quatro publicações abordam questões pedagógicas. As outras enfatizaram os desafios de inclusão e exclusão. Relatam os desafios da aquisição da Língua de Sinais como primeira língua e, assim, estruturante para o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Sendo assim, percebe-se que somente políticas públicas que garantam os direitos dos estudantes surdos não bastam. É preciso que haja estruturas que façam com que a legislação seja realmente cumprida e os direitos dos estudantes surdos garantidos, principalmente quando a aquisição da Língua Portuguesa na modalidade escrita seja realmente efetivada.

**Palavras-chave:** Educação de Surdos. Práticas Pedagógicas. Língua Portuguesa.

## ABSTRACT

The research seeks to survey scientific productions produced from 2009 to 2019 starting with the publication of National Policies for Special Education from the perspective of Inclusive Education. The search took place within the databases of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), seeking to analyze, reflect and discover which publications relate the learning of Portuguese language by deaf people, as well as discover which publications bring pedagogical practices. In total, ten articles were published from 2009 to 2019. As a result, SciELO found only three publications that briefly contained some pedagogical practice that could contribute to the learning of the second language (as mentioned in Decree 5.626 / 05). In the ANPEd database only one publication. In total, four publications address educational issues. How others emphasize the challenges of inclusion / exclusion. They report the challenges of acquiring Sign Language as a first language and thus structuring for the learning of the Portuguese (written) language. Thus, it is clear that only public policies that guarantee the rights of deaf people are not enough. There must be structures that ensure that the legislation is actually enforced and the rights of deaf people are guaranteed, especially when the acquisition of the Portuguese language in written form is actually implemented.

**Keyword:** Deaf Education. Pedagogical Practices. Portuguese Language.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de publicações por periódicos	20
Quadro 2 – Quantidade de publicações por ano	20
Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020	21
Quadro 4 – Quantidade de publicações nos diversos periódicos durante o período de 2009 a 2019/2020 na SciELO	30
Quadro 5 – Categorização dos artigos da SciELO selecionados após leitura de títulos e resumos	31
Quadro 6 – Publicações encontrados de 2009 a 2019 do Grupo de Trabalho-15	36
Quadro 7 – Tabela de publicações da ANPEd em que os títulos poderiam estar relacionados com o objetivo do trabalho	37
Quadro 8 – Categorização das publicações da ANPEd em que os títulos poderiam estar relacionados com o objetivo do trabalho	38
Quadro 9 – Categorização dos artigos da ANPEd selecionados após leitura dos resumos	40

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	8
<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS</b>	11
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	11
<b>1.1.1 A Influência do Congresso de Milão (1880) no Processo de Educação dos Surdos</b>	12
1.2 ABORDAGENS QUE ORIENTAM A EDUCAÇÃO DOS SURDOS PARA A APRENDIZAGEM DE UMA LÍNGUA	16
<b>CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	19
2.1 A PESQUISA	19
2.2 DESCRIÇÃO DA PESQUISA	19
<b>CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	46
3.1 AS PUBLICAÇÕES DA SciELO	46
<b>3.1.1 Uma Pequena Reflexão da Base de Dado da SciELO (2009 – 2019/2020)</b>	51
3.2 AS PUBLICAÇÕES DA ANPEd	52
<b>3.2.1 Uma Pequena Reflexão da Base de Dados da ANPEd (2009-2019)</b>	56
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
<b>REFERÊNCIAS</b>	61

## APRESENTAÇÃO

A pesquisa partiu de uma curiosidade pessoal em saber como os estudantes aprendem a Língua Portuguesa, já que estão inseridas em uma sociedade majoritariamente ouvinte. Isso porque para se realizar coisas simples do dia a dia, é fundamental que se tenha o conhecimento da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Ler e compreender um anúncio, escrever um bilhete ou algum outro tipo de texto são necessidades básicas para que se possa interagir socialmente.

Ao refletir sobre essa situação, acredita ser importante a pesquisa sobre as referências acadêmicas que trazem para a discussão a questão do ensino da Língua Portuguesa para pessoas surdas, ampliando, assim, os conhecimentos não apenas quanto às questões pedagógicas, mas também para que se descubra o que vem sendo produzido cientificamente durante dez anos, desde a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), de 2009 até o ano de 2019.

Por fim, a pesquisa contribui para novas possibilidades de se repensar como o estudante surdo pode e deve ser inserida na Língua Portuguesa na modalidade escrita.

## INTRODUÇÃO

Houve um período da história em que os surdos estavam à margem da sociedade, principalmente no que se refere à educação. Sendo assim, apenas os estudantes surdos considerados nobres é que tinham acesso a aprender a se comunicar por sinais e até mesmo terem a chance de conhecerem outras línguas em outras modalidades. No decorrer das transformações sociais, outros métodos de comunicação foram surgindo, porém os surdos ficaram restritos a utilizarem a comunicação por gestos. Grandes especialistas e educadores de épocas anteriores acreditavam que o desenvolvimento da fala e a comunicação não gestual poderiam contribuir de melhor modo para a adaptação dos surdos socialmente. Nesse sentido, a vontade ouvinte se sobrepunha às necessidades surdas. Ao considerar a transformação da sociedade no decorrer do tempo, a ideia que até então se tinha sobre a educação dos surdos também foi se modificando. A abordagem oralista, que até então era vista como uma corrente forte na educação dos surdos, passou a ser vista de outro modo. Na década de 60 do século XX, por exemplo, é que o linguista Willian Stokoe propôs que as Línguas de Sinais constituíam um sistema linguístico completo, isto é, com suas regras e singularidades (MOURÃO, 2011). Ao considerar tal ideia, os sinais passaram a ser concebidos como língua em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

O país que, por sua vez, buscava a democratização do ensino, fez com que as escolas estivessem abertas a todos que pretendessem estudar. Assim sendo, tanto a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) garantiram o direito e a permanência de crianças na escola. Até então, não havia o reconhecimento da Língua de Sinais como um modo de comunicação dos surdos, principalmente dentro do ambiente escolar. Somente com a Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como língua oficial da comunidade surda. Em 2005, com a promulgação do Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), houve uma ampliação aos direitos dos surdos. Estudo de Libras nos cursos de Pedagogia, formação de tradutores/intérpretes, incentivo a escolas bilíngues vieram a se destacar. Já em 2008, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), propôs uma expansão da educação bilíngue para estudantes surdos. Assim sendo, a educação dos surdos visando a Libras e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, poderiam se realizarem dentro de centros especializados como também das escolas regulares com o objetivo de propiciar a inclusão, promovendo a interação entre surdos e ouvintes.

Com isso, esta pesquisa, com o intuito de verificar as publicações a partir de 2009 a 2019, reflete não somente o que cada uma delas contribuiu para compreender a aprendizagem de Língua Portuguesa na modalidade escrita, como também para descobrir quais publicações, a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), discutem propostas pedagógicas que atendam às necessidades dos surdos. Duas bases de dados foram utilizadas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Separou-se cinco publicações de cada base de dados, totalizando dez publicações entre 2009 a 2019.

Sendo assim, com base nas ideias apresentadas e para melhor compreender a pesquisa, o primeiro capítulo faz um recorte sobre a história da educação dos surdos, além de expor algumas legislações brasileiras que regem toda a questão de estudantes surdos em ensino regular ou em classes especiais. Também com o objetivo de refletir sobre as práticas pedagógicas na educação de surdos, faz-se um breve esclarecimento das abordagens que foram utilizadas e/ou ainda são utilizadas como possíveis práticas pedagógicas. Já o segundo capítulo ressalta a importância da pesquisa bibliográfica e apresentada os dados obtidos das bases de dados ANPEd e SciELO. Todos separados por ano de publicações ou por ano de reuniões (no caso da ANPEd) e resumos que se relacionam ao tema estudado. No terceiro capítulo, é feita uma breve reflexão de cada um dos artigos escolhidos, incluindo também considerações finais. Dentro deste último item, expõem-se os resultados obtidos pelo levantamento, assim como se propõe indagações para futuros estudos.

Ao considerar tais procedimentos de pesquisa, poderá se verificar as produções acadêmicas nas bases de dados da ANPEd e da SciELO que se referem ao ensino de Língua Portuguesa para estudantes surdos. Além disso, fazer uma breve análise de modo temporal e quantitativo das produções divulgadas por essas bases de dados. Outro aspecto importante é descobrir quais delas trazem para a discussão as propostas pedagógicas que atentam das necessidades dos estudantes surdos.

Por isso, nesta pesquisa, busca-se verificar as produções realizadas durante esses dez anos (2009 a 2019) a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), objetivando compreender por quais caminhos e por quais transformações não somente da educação dos estudantes surdos passaram durante este período, mas, principalmente é, repensar o quanto o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita tem contribuído para uma verdadeira inclusão.

## CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Para melhor compreensão e visualização da pesquisa, acredita-se que uma contextualização histórica em relação à educação dos surdos seja de grande importância para se refletir a questão da inclusão. Outro fator que se deve esclarecer é que a pesquisa parte do ano de 2009, marcada pela publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), até o ano de 2019. Assim, procura entender o que vem sendo produzido durante dez anos após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), especificamente no que diz respeito ao aprendizado da Língua Portuguesa.

### 1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Ao se pensar nas políticas públicas brasileiras atuais, assim quando se verifica a história da educação dos surdos, nota-se um grande avanço. Isso não quer dizer que as políticas são ideais para a realidade, mas representam o resultado de grandes lutas e envolvimento da comunidade surda para garantir seus direitos.

É importante mencionar aqui a reflexão quanto à questão das deficiências nas mais remotas sociedades até os dias de hoje. Segundo Mori e Sander (2015), na cultura clássica, tanto para os gregos quanto para os romanos, eram vistas como algo que deveria ser eliminado. No decorrer do tempo, durante na Idade Média, surge uma possibilidade da visualização dos surdos na sociedade europeia. Um monge beneditino chamado Pedro Ponce de Leon, ensinou comunicações em sinais a filhos surdos de nobres espanhóis. “O mestre de Leon desenvolveu um método de educação de surdos que envolvia o alfabeto manual, a escrita e a oralização e criou uma escola de professores para surdos” (MORI; SANDER, 2015. p 3). Para esses autores, a base para o alfabeto manual que se conhece atualmente, partiu da metodologia do monge. Outra figura que se destaca na Europa, especificamente na França, é um abade chamado Charles-Michel De l'Épée. (MORI; SANDER, 2015). Este último tendo uma visão mais humanitária, fundou o “Instituto Nacional de Surdos-Mudos da França”. De L'Épée, dentro do instituto, lançou mão de metodologias que atendiam a educação surda. Dentro desses modos de ensino, estava o alfabeto manual e a comunicação por sinais.

Em outra parte da Europa, mais especificamente na Alemanha, aparece Samuel Heinick, criador de uma escola em Leipzig, em que diferentemente da metodologia de De l'Épée, incentivava a oralização dos surdos. Nesse sentido, os surdos eram incentivados a

falarem, lerem lábios. Percebe-se que, nesse momento, o surdo deixa de estar a margem para que, de certa forma, fosse incluído na sociedade europeia, como observa Sacks (1990, p. 37):

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos. De um modo geral dirigido por professores surdos, em todo mundo civilizado, a saída dos surdos da negligência e da obscuridade, sua emancipação e cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade – escritores surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possíveis. (SACKS, 1990, p.37).

Pelo trecho destacado acima, observa-se que, durante o decorrer do tempo, aparentemente, o surdo foi conquistando seu espaço dentro da sociedade europeia, mas, antes de mais nada, é preciso salientar que os métodos de De L'Épée e de Heinick são completamente divergentes. Se em De L'Épée consiste a metodologia tanto do alfabeto manual quanto a dos sinais; para Heinick, a surdez era vista como uma “deficiência” que deveria ser “sanada”. Se um propõe a naturalização dos sinais, o outro a negação. Esse ponto é fundamental, pois a influência francesa atingiu vários países, inclusive o Brasil. É importante mencionar ainda que Dom Pedro II, visando a modernidade do país, além das Universidades, implantou no Rio de Janeiro o Instituto de Surdos-Mudos em 1857, hoje denominado de Instituto Nacional de Surdos (INES). O melhor estudante de De L'Épée era o diretor do colégio. No Brasil, dentro do Instituto, desenvolveu-se a metodologia francesa. Tal método predominou até por volta de 1880, depois disso, não somente no Brasil, mas também em outras partes do mundo, a educação dos surdos caminhou para outros rumos.

### **1.1.1 A Influência do Congresso de Milão (1880) no Processo de Educação dos Surdos**

Segundo Mourão (2011), o Congresso de Milão reuniu educadores de surdos de todo mundo. Em meio as discussões, decidiram optar pela abordagem oralista, isto é, incentivo da fala, memorização de palavras e frases escritas. A língua de sinais estava proibida. Os surdos a partir daí teriam que seguir o padrão da “cultura ouvinte”. Para Mourão (2011), os surdos deveriam ser “normatizados”. Tal fato, foi tão significativo que, até os dias atuais, ainda existem resquícios e consequências desses pensamentos dentro das salas de aulas brasileiras.

Outro fato que deve ser chamado a atenção é a questão dos sinais como comunicação. Apesar de a educação oralista tentar “sufocar” e “predominar”, a questão linguística dos surdos, a comunicação por gestos, mesmo que na informalidade, ainda permaneceu. Mourão (2011), ao discorrer sobre o surgimento dos sinais como forma comunicativa, destaca que

A partir da década de 1960 o linguista Willian Stokoe propôs que línguas de sinais eram um sistema linguístico completo como qualquer outro e essa ideia se espalhou por diversos países, inclusive no Brasil com consequências legais educativas (MOURÃO, 2011, p. 1).

Evidentemente que os direitos dos estudantes surdos não surgiram da noite para o dia. Para que houvesse visibilidade da comunidade surda, foi necessário muitas discussões e lutas do movimento. É pertinente destacar que a Constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) destacam uma educação para todos como um direito a ser garantido. Assim diz a Constituição federal da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988):

Capítulo III – Da educação, da Cultura e do Desporto, Seção I – Da Educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias *[sic]* e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Já a LDB, de 20 de dezembro 1996, menciona:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias *[sic]* e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar *[sic]*;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996)

Percebe-se que tanto a Constituição (BRASIL, 1988) quanto a LDB (BRASIL, 1996) expressam grande preocupação com a educação de todos os brasileiros, principalmente, no que dizem em igualdade de condições de acesso e de permanência na escola. Deve-se destacar que somente em 2002 a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como língua oficial para a comunidade surda, enfatizando ainda mais a inclusão, como se pode observar:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico [sic] de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico [sic] de transmissão de idéias [sic] e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, 2002)

Ao comparar a Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002) com as duas anteriores, isto é, a Constituição (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996), nota-se um grande avanço para as conquistas das comunidades surdas. Isso porque, além de oficializar a Libras (Língua Brasileira de Sinais), como uma língua para a comunidade surda, ainda garante a formação de possíveis profissionais, principalmente, na área educacional para que a inclusão seja realizada na sala de aula. Libras não substitui a Língua Portuguesa na modalidade escrita, mas é garantida como uma comunicação oficial da comunidade surda por meio dos sinais.

Ao decorrer da história da legislação brasileira, conquistas da comunidade surda vão se solidificando. Em 22 de dezembro de 2005, foi ratificado o Decreto nº5.626/05 (BRASIL, 2005). Tal decreto vem ampliar as garantias dos direitos da pessoa surda, principalmente, na questão educacional. Desse decreto, destaca-se o artigo 22 em que se propõe uma educação bilíngue, assim se tem:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe [sic], abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües [sic], na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües[sic] ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística [sic] dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe [sic] aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras

Ao observar o parágrafo primeiro do artigo. 22, considera-se que a educação do estudante surdo seja bilíngüe, isto é, que faça uso da Língua Brasileira de Sinais como Primeira Língua (Língua Natural) e a Língua Portuguesa como segunda língua (na modalidade de leitura e escrita). Pode-se dizer que se trata de um grande avanço para a educação dos surdos, pois além de possibilitarem o acesso a primeira língua, a lei também garante o respeito a cada fase de desenvolvimento da pessoa surda dentro do ambiente escolar.

Outra publicação de grande relevância em relação às políticas públicas sobre a educação de surdos, no Brasil foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, nº 6.949/2009. Segundo esse documento,

Para o ingresso dos estudantes surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe [sic] – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para estudantes surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais estudantes da escola. O atendimento educacional especializado para esses estudantes é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística [sic], orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. (BRASIL, 2008, p. 11)

Percebe-se que a legislação de 2008/2009 propõe a inclusão dos surdos na escola comum. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva sugere uma educação bilíngüe na escola regular. Isso acarretaria uma mudança não somente de currículo, como também a de propostas pedagógicas nessas escolas. Segundo essa mesma política, os atendimentos especializados deveriam ser realizados no contraturno do período escolar. Segundo Ziliotto e Gisi (2017), após a publicação da Política de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva, houve um aumento considerável do número de matrículas de estudantes surdos na rede regular de ensino.

Diante do exposto, percebe-se que nessa situação existe um contraponto que se pode estabelecer. Se de um lado há uma grande preocupação com a inclusão do estudante surdo no ensino regular, por outro, nota-se que a inclusão não se trata de apenas ocupar o um determinado espaço físico. Incluir, nesse sentido, é respeitar a cultura surda e suas especificidades.

Outro aspecto que deve ser destacando é quanto às práticas pedagógicas. Ainda faltam formações e informações a respeito da cultura surda. Em pleno século XXI, há pessoas e educadores que acreditam no Oralismo como o melhor caminho metodológico. Para muitos, o desenvolvimento da fala na língua majoritária é mais importante que interação social. Isso explica o título desse breve texto *A influência do Congresso de Milão no processo de educação dos surdos*. Percebe-se que ainda se precisa caminhar muito para que o ideal aconteça, pois:

As proposições das políticas públicas para a educação dos surdos apresentam evoluções , entretanto, há vários ajustes que precisam ser considerados para que se efetive verdadeiramente a garantia ao direito por uma educação bilíngue, em especial nas fases de educação infantil e ensino fundamental I, superando as dificuldades como a falta de professores bilíngues, o currículo adaptado e as flexibilizações nas avaliações, além de profissionais intérpretes de língua de sinais qualificados e em número suficiente para a tender a demanda dos alunos surdos que frequentam as demais etapas do ensino fundamental, médio e superior (ZILLOTTO e GISI, 2017, p. 7671).

Por fim, percebe-se que por mais que o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) venham reforçar a importância da inclusão e do Bilinguismo (Língua de Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa), é preciso um esclarecimento quanto às diferenças linguísticas. É evidente o quanto a política inclusiva já caminhou bastante, porém, não o suficiente. Os estudantes surdos precisam ser vistos, ouvidos e atendidos quanto às suas necessidades e às suas especificidades.

## 1.2 ABORDAGENS QUE ORIENTAM A EDUCAÇÃO DOS SURDOS PARA A APRENDIZAGEM DE UMA LÍNGUA.

Na educação de surdos, é importante ressaltar que existem várias concepções de abordagens que a nortearam e ainda servem de referência para a aprendizagem de uma língua. Durante a história da educação dos surdos no mundo, destacam-se três abordagens: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo.

Nesse sentido, entende-se por oralismo como um modo de incentivar a vocalização, ou seja, surdo deve desenvolver a habilidade da fala. Segundo Poker (2002), o oralismo é uma tentativa de “normalizar” o surdo. A vocalização, neste sentido, é vista por meio de reabilitação. Já a Língua Portuguesa na modalidade escrita se dá por meio de memorização de palavras ou frases:

Em resumo o Oralismo consiste em fazer com que a criança receba a linguagem oral através da leitura orofacial e amplificação sonora, enquanto se expressa através da fala. Gestos, Língua de Sinais e alfabeto digital são expressamente proibidos. (POKER, 2002, p. 6)

Depois do Congresso de Milão, em 1880, o Oralismo foi a forma definida pelos especialistas presentes no encontro, ou seja, após o Congresso, a comunicação por gestos deveria ser suprimida. Com o não sucesso do Oralismo no decorrer das práticas educacionais, surgiu então, uma outra tentativa metodologia que deveria ser utilizada na educação dos surdos, o que se denominou de Comunicação Total. Assim sendo, para a Comunicação Total eram válidos: sinais, gestos ou até mesmo a vocalização (POKER, 2002). O importante para essa metodologia (abordagem) é a interação social. Ao pensar por esse viés, não havia uma uniformização para a comunicação, sendo assim outra metodologia (abordagem) surgiu, ou seja, o Bilinguismo. Para Poker (2002), o Bilinguismo é a abordagem em que o surdo deve aprender a Língua de Sinais como primeira língua, depois a língua escrita (no caso do Brasil, Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa):

Parte do princípio que o surdo deve adquirir como sua primeira língua, a língua de sinais com a comunidade surda. Isto facilitaria o desenvolvimento de conceitos e sua relação com o mundo. Aponta o uso autônomo e não simultâneo da Língua de Sinais que deve ser oferecida à criança surda o mais precocemente possível. A língua portuguesa é ensinada como segunda língua, na modalidade escrita e, quando possível, na modalidade oral. (POKER, 2002, p. 8).

É importante ressaltar que a “Primeira Língua” ou L1, neste caso, é o que se considera de língua materna, ou seja, aquela língua natural utilizada para a comunicação primária, no cotidiano, que estabelece comunicação direta com o interlocutor. Nesse caso, Poker (2002) enfatiza que para o surdo a língua materna deve ser a sinais. Já a “Segunda Língua” ou “L2” é aquela que se refere à língua utilizada socialmente, no caso, a Língua Portuguesa na modalidade escrita, presente em cartazes, folhetos, bilhetes etc. O Bilinguismo por sua vez consiste nessas duas vertentes, isto é, na apropriação da língua de sinais como língua materna, para assim o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em Língua Portuguesa.

Assim sendo, o Bilinguismo é a grande luta das comunidades surdas no país. Luta esta que deu seu primeiro passo com a Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002) e caminhou para o Decreto nº5.626/05 (BRASIL, 2005), em que garante a especificidade linguística. Garantir o direito ao uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua é respeitar as especificidades dos surdos. Com isso, diferentemente da Comunicação Total, o Bilinguismo é a transição entre Língua de Sinais e Língua Portuguesa em seus respectivos contextos. A partir do Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), é que o Bilinguismo é incentivado para a interação social com pares iguais, incentivando no aprendizado da Libras como primeira e Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua.

Por fim, acredita-se que tais esclarecimentos quanto às abordagens ajudam a compreender as metodologias e as políticas adotadas não só no mundo quanto no Brasil. Compreender tais correntes é também refletir quanto às práticas pedagógicas na educação das pessoas surdas.

## CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 A PESQUISA

Para que se atenda aos objetivos da pesquisa, isto é, verificar as produções acadêmicas que abordam o Ensino de Língua Portuguesa para estudantes surdos, as consultas às bases de dados foram fundamentais. É importante ressaltar o que se entende aqui por pesquisa bibliográfica:

[...] realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência. (GALVÃO, 2010, p. 1).

Sendo assim, com o objetivo de verificar as produções, o levantamento bibliográfico se torna relevante para analisar não somente a quantidade de publicações, mas permitindo refletir quanto essas produções abordam a aprendizagem de Língua Portuguesa como segunda língua. Junto a essas reflexões, descobrir quais delas tratam especificamente práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos estudantes surdos.

### 2.2 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica partiu da base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para isso, utilizou-se as seguintes palavras de busca: língua portuguesa para surdos OR, educação OR, surdez. A partir dessas palavras-chave, pôde-se encontrar 1350 publicações. Considerando um número muito volumoso de artigos, refinou-se a pesquisa por coleções e idioma, resultando em 958 publicações.

Ao refinar a pesquisa entre coleções, idioma e anos de publicações, resultou-se em 958 artigos. Para a busca atender mais especificamente os objetivos propostos, foram selecionados os periódicos nas seguintes áreas: *Cadernos CEDES*, *Cadernos de Pesquisa*, *Educação e Pesquisa*, *Educação e Realidade*, *Educação & Sociedade*, *Educação em Revista*, *Educar em*

*Revista, Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de Educação Especial e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, resultando 85 publicações, assim se tem (Quadro 1):

Quadro 1 – Quantidade de publicações por periódicos

<b>Periódicos</b>	<b>Quantidade de Publicações</b>
Cadernos CEDES	5
Cadernos de Pesquisa	5
Educação e Pesquisa	10
Educação e Realidade	7
Educação e Sociedade	5
Educação em Revista	10
Educar em Revista	12
Revista Brasileira de Educação	7
Revista Brasileira de Educação Especial	14
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	11
<b>Total: 86 publicações</b>	

Fonte: elaborado pela autora.

Ao observar esses 86 periódicos, filtrou-se ainda mais a pesquisa, determinando os anos de publicações, ou seja: de 2009 a 2019/20, resultando em 67 periódicos (Quadro 2):

Quadro 2 – Quantidade de publicações por ano

<b>Total de publicações encontradas a partir das palavras-chave</b>	<b>Total de publicações realizadas por: coleções (Brasil) /idiomas</b>	<b>Total de publicações realizadas por: coleções/ idiomas e periódicos</b>	<b>Total de publicações realizadas por: coleções/ idiomas/ periódicos e período (2009-2019/20)</b>
1350	958	86	67

Fonte: elaborado pela autora

Para melhor visualizar os 67 periódicos e para deixar mais compreensíveis os dados pesquisados, optou-se por destacar os seguintes aspectos: ano, total de periódicos, a quantidade em que aparece em cada revista, o título dos textos e o autor (Quadro 3):

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Continua)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2009	1	Educação em Pesquisa	Conhecimento técnico e atitude no ensino de língua portuguesa	Thomas Massao Fairchild	5
	1	Educação em Revista	Navegar sem ler, ler sem navegar e outras combinações de habilidades do leitor	Ana Elisa Ribeiro	
	1	Educar em Revista	O livro didático de língua portuguesa no Brasil	Ivete Aparecida da Silva Ota	
	2	Revista Brasileira de Educação Especial	Análise da flexão verbal de tempo na escrita de surdos sinalizadores	Aline Nascimento Crato; Maria Silvia Cárnio.	
			Software livre de produção textual com predição de palavras: um aliado do aluno especial	Monica Jordan; Percy Nohama; Alceu de Souza Britto Júnior.	

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Continuação)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2010	1	Cadernos de Pesquisa	Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão	Cláudia Alquati Bisol; Carla Beatris Valentini; Janaína Lazzarotto Simioni; Jaqueline Zanchin; Robert Dinham.	5
	1	Educação e Pesquisa	Ensinar a escrever no ensino médio: cadê a dissertação?	Cláudia Rosa Riolfi; Suelen Gregatti da Igreja.	
	1	Educação & Sociedade	Formação de professores no Brasil: características e problemas	Bernardete A. Gatti.	
	1	Educar em Revista	Uma inovação aparente	Iara Bemquerer Costa.	
	1	Revista Brasileira de Educação Especial	FM listening evaluation for children: adaptação para a língua portuguesa	Regina Tangerino de Souza Jacob; Samira Vilela Molina; Raquel Beltrão Amorim; Maria Cecília Bevilacqua; José Roberto Pereira Lauris; Adriane Lima Mortari Moret.	
2011	1	Caderno de Pesquisa	Formação continuada de professores em alguns estados e municípios do Brasil	Claudia Leme Ferreira Davis; Marina Muniz Rossa Nunes; Patrícia C. Albieri de Almeida; Ana Paula Ferreira da Silva; Juliana Cedro de Souza.	2
	1	Educação e Pesquisa	Formação continuada de professores e resultados dos alunos no SARESP: propostas e realizações	Adriana Bauer.	

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Continuação)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2013	1	Cadernos CEDES	Letramento e processo de escritura de alunos recém-alfabetizados	Eduardo Calil; Kall Anne Amorim; Lidiane Lira.	6
	2	Educação e Pesquisa	Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05;	Ana Claudia Balieiro Lodi.	
			Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos	Paulo Vinicius Baptista da Silva; Rozana Teixeira; Tânia Mara Pacifico.	
	1	Educação & Realidade	A Literatura Angolana para infância	Eliane Santana Dias Debus.	
	2	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para municípios com baixo Ideb	Terezinha da Conceição Costa-Hübes.	
			Indicadores de qualidade do ensino fundamental: o uso das tecnologias de mineração de dados e de visões multidimensionais para apoio à análise e definição de políticas públicas	Anderson Amendoeira Namen; Sonia Xavier de Almeida Borges; Maria da Glória Schwab Sadala.	

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Continuação)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2014	1	Educação e Pesquisa	Modelagem do crescimento da aprendizagem nos anos iniciais com dados longitudinais da pesquisa GERES	Nigel Brooke; Neimar da Silva Fernandes; Isabela Pagani Heringer de Miranda; Tufi Machado Soares.	7
	2	Educação & Realidade	Competências leitoras no Saeb: qualidade da leitura na educação básica	Janete Bridon; Adair de Aguiar Neitzel.	
			Comprometimento conjunto, normatividade e situatividade entre os muros da escola	Ana Flávia Lopes Magela Gerhardt.	
	2	Educar em Revista	Literatura no Currículo da Escola Capixaba de Ensino Médio	Maria Amélia Dalvi.	
			O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos	Maria Cristina da Cunha Pereira.	
	2	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Currículos de formação de professores de língua portuguesa: instituições autônomas e o poder de sua história	Sonia T. S. Penin; Cláudia V. A. Galian; Vera Valdemarin.	
			Sujeito, educação e o trabalho com a língua portuguesa na escola básica	Tânia Guedes Magalhães; Lucia Furtado de Mendonça Cyranka.	

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Continuação)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2015	1	Cadernos CEDES	Língua portuguesa na escola: (re)fazendo um percurso de formação	Maria Izabel de Bortoli Hentz.	6
	1	Cadernos de Pesquisa	Textos e gêneros no currículo de português da Escola Estadual Paulista	Juvenal Zanchetta Junior.	
	1	Educar em Revista	Sobre a constituição do ensino institucionalizado de português no Brasil: o estilo e a produção de uma memória em Infância, de Graciliano Ramos	Émerson de Pietri.	
	2	Revista Brasileira de Educação Especial	Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitora da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos	Simone Gonçalves de Lima da Silva.	
			Desenho infantil e aquisição de linguagem em crianças surdas: um olhar histórico-cultural	Ana Paula Zerbato; Cristina Broglia Feitosa de Lacerda.	
	1	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	O aprendizado da Química na concepção de professores e alunos do ensino médio: um estudo de caso	Luciana Rodrigues Leite; José Ossian Gadelha de Lima.	

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Continuação)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2016	2	Educação & Realidade	Educação de Surdos e Proposta Bilíngue: ativação de novos saberes sob a ótica da filosofia da diferença	Vanessa Regina de Oliveira Martins.	5
			O Impacto do Programa São Paulo faz Escola em Professores Iniciante	Ricardo Abdalla Barros; Maria Antonia Ramos de Azevedo.	
	1	Educação e Revista	Letramento(S)/Alfabetização Em Contextos Multilíngues De Angola E Guiné-Bissau	Aracy Alves Martins; Silvestre Filipe Gomes; Virgínia José Baptista Cá.	
	1	Revista Brasileira de Educação Especial	Substituição Sensorial Visuo-Tátil e Visuo-Auditiva em Pessoas com Deficiência Visual: uma Revisão Sistemática	Josiane Pereira Torres; Carolina Severino Lopes da Costa; Gerusa Ferreira Lourenço.	
	1	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Concepção de professores do ensino fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento	Maria de Lourdes Merighi Tabaquim; Silvani Dauruiz; Shaday M. Prudenciatti; Ana Vera Niquerito.	

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Continuação)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2017	2	Educação & Realidade	Educação Étnico-Racial e Formação Inicial de Professores: a recepção da Lei 10.639/03	Míria Gomes de Oliveira; Paulo Vinícius Baptista da Silva.	10
			O Trabalho do Professor em Propostas do PNLD de Ensino de Língua Portuguesa	Ana Lúcia Horta Nogueira; Maísa Alves Silva; Silmara Regina Colombo.	
	1	Educação & Sociedade	Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e na sociedade	Isabela Bastos de Carvalho; Alexandre de Carvalho Castro.	
	1	Educação em Revista	Volatilidade dos resultados de proficiência e seu impacto sobre as metas do IDEB nas escolas públicas de minas gerais	Luís A. F. Pontes; Tufi Machado Soares.	
	1	Educar em Revista	Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior	Sueli Fernandes; Laura Ceretta Moreira.	
	2	Revista Brasileira de Educação	Cartografando a construção do atual perfil de leitor de textos literários egresso das aulas de língua portuguesa do ensino médio	Rodrigo Alves dos Santos.	
			O ensino explícito da compreensão da leitura. Análise do impacto de um programa de intervenção	Fernanda Leopoldina Viana; Irene Cadime; Sandra Santos; Sara Brandão; Iolanda Ribeiro.	
	2	Revista Brasileira de Educação Especial	Universidade Acessível: com a Voz os Estudantes Surdos do Ensino Médio	Adelso Fidelis de Moura; Lúcia Pereira Leite; Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins.	
			Aplicação de um Programa de Ensino de Palavras em Libras Utilizando Tecnologia de Realidade Aumentada	Dariel de Carvalho; Eduardo José Manzini.	
	1	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Dimensões do ensino da paragrafação: o que dizem e fazem professores no trato com a paragrafação?	Telma Ferraz Leal; Leila Nascimento da Silva.	

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Continuação)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2018	1	Cadernos Cedes	Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos	Bruno José Betti Galasso; Monica Raquel de Souza Lopez; Rafael da Mata Severino; Roberto Gomes de Lima; Dirceu Esdras. Teixeira.	11
	1	Educação e Pesquisa	A aquisição da leitura em leitores principiantes: erros típicos no português europeu	Edlia Simões; Margarida Alves Martins.	
	3	Educação em Revista	Crenças de professores sobre reprovação escolar	Vanda Mendes Ribeiro; Paula Reis Kasmirski; Gusmão, Joana Buarque de Gusmão; Antônio Augusto Gomes Batista; Márcia Aparecida Jacomini; Marcel Crahay.	
			O que é ensinar a oralidade? Análise de proposições didáticas apresentadas em livros destinados aos anos iniciais da educação básica	Débora Amorim Gomes da Costa-Maciel; Fabrini Katrine da Silva Bilro.	
			Os gêneros textuais em avaliações do enade de letras e em concursos públicos para seleção de professores	Andreia Rezende Garcia-Reis; Míriam Fernanda Costa.	
	1	Educação & Sociedade	Da “instrução para chinas” aos talentos bilíngues: evolução das políticas públicas do ensino da língua portuguesa em macau	Alexandra Pozal Domingues; Sofia Viseu.	
	2	Revista Brasileira de Educação Especial	Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos	Bruno José Betti Galasso; Monica Raquel de Souza Lopez; Rafael da Mata Severino; Roberto Gomes de Lima; Dirceu Esdras Teixeira.	
			Tradução e Adaptação Transcultural da Escala de Avaliação de Autoeficácia de Professores de Alunos com Autismo: Autism Self-Efficacy Scale for Teachers (Asset)	Renata Corcini Carvalho Canabarro; Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira; Carlo Schmidt.	
	3	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Análise do eixo da oralidade na Proposta Curricular de Língua Portuguesa da rede municipal de ensino de Juiz de Fora (MG)	Tânia Guedes Magalhães; Thalita de Almeida Bessa Carvalho.	
			Em busca de uma iniciativa histórica africana: possibilidades e limites das práticas pedagógicas na educação básica	Débora Cristina de Araújo.	
		Formação docente em Timor-Leste: prática e reflexão sobre gêneros discursivos e ensino	Joice Eloi Guimarães.		

Quadro 3 – Categorização dos artigos selecionados na SciELO quanto ao período de 2009 a 2019/2020 (Conclusão)

Ano	Quantidade	Periódico	Artigo	Autores	Total
2019	1	Cadernos de Pesquisa	<i>Education, technology and creative industry: a case study of watsapp</i>	Patrícia Margarida Farias Coelho; Marcos Rogério Martins Costa; Rodrigo Otávio dos Santos.	4
	1	Educação e Pesquisa	Um estudo sobre a dimensionalidade das escalas de avaliação da proficiência oral do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros	Laura Márcia Luiza Ferreira.	
	1	Educação em Revista	Associação do índice de atitudes e práticas pedagógicas ao desempenho dos estudantes na avaliação em larga escala do estado do espírito santo	Naira da Costa Muylaert Lima; Ana Luisa Marlière Casela; Luiz Vicente Fonseca Ribeiro; Wagner Rezende.	
	1	Revista Brasileira de Educação	A construção da identidade profissional de professores de língua portuguesa em formação inicial	Émerson de Pietri; Lívia de Araújo Donnini Rodrigues; Hugo Santiago Sanchez.	
2020	1	Caderno Cedes	Prefácio para o livro de a. N. Leontiev o desenvolvimento da memória	Lev Semionovitch Vigotski; Aleksei Nikolaievitch Leontiev.	6
	2	Revista em Educação	Competências e funções dos tutores online em educação a distância	João Mattar; Lucilene Marques Martins Rodrigues; Wanderlucy Czeszak; Juliana Graciani.	
			Palavra aberta - BNCC e a alfabetização em duas versões: concepções e desafios	Isabel Cristina Alves da Silva Frade.	
	1	Revista Brasileira de Educação	Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta	Isaac Figueredo de Freitas.	
	1	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Ensino de língua portuguesa escrita na educação bilíngue de surdos: questões a partir de narrativas de professores da Baixada Fluminense		
	1	Revista Brasileira de Educação Especial.	Pomerisch Oder Portugiesisch Sprache? Compreensão Comunicativa em Crianças Pomeranas Bilíngues com Transtorno do Espectro Autista		

Fonte: elaborado pela autora.

Sendo assim, pode-se dizer que no período de 2009 a 2019/2020 se publicou 67 artigos nos mais diferentes periódicos (Quadro 4):

Quadro 4 – Quantidade de publicações nos diversos periódicos durante o período de 2009 a 2019/2020 na SciELO

Ano	Nº de publicações
2009	5
2010	5
2011	2
2012	-
2013	6
2014	7
2015	6
2016	5
2017	10
2018	11
2019	4
2020	6
<b>Total: 67 publicações</b>	

Fonte: elaborado pela autora.

Na listagem, o ano de 2020 entrou para a pesquisa pelo fato de um artigo ter sido realizado em ao final de 2019, mas publicado em 2020. Considerando trazer contribuições importantes para a pesquisa, o artigo foi contabilizado. Por isto, o ano de 2020 entra na contagem, porém o artigo escolhido se refere a dezembro de 2019 e não ao ano de 2020 como um todo.

Ao se ter em vista o objetivo da pesquisa, isto é, realizar um estudo quanto às produções bibliográficas que relacionam o aprendizado de Língua Portuguesa para estudantes surdos na área da educação, selecionou-se apenas artigos que faziam referência ao propósito. Assim sendo, observou-se não somente o título, mas também os resumos das publicações. Sendo assim, após a leitura dos títulos e dos resumos selecionou-se apenas cinco artigos dos seguintes periódicos: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Revista Brasileira de Educação Especial*, *Educação e Pesquisa*, e *Educar em Revista* (Quadro 5).

Quadro 5 – Categorização dos artigos da SciELO selecionados após leitura de títulos e resumos (Continua)

Ano	Autor	Periódico	Resumo	Palavra-chave
2009	Aline Nascimento Crato; Maria Silvia Cárnio.	Análise da flexão verbal de tempo na escrita de surdos sinalizadores/ Revista Brasileira de Educação Especial	A produção escrita de estudantes surdos tem sido objeto de estudos nacionais e internacionais devido às histórias recorrentes de fracassos escolares e as dificuldades de ensino por parte dos educadores em propiciar a significação da Língua Escrita para esta população específica. Pesquisas nacionais enfatizam que os surdos apresentam dificuldades na escrita do português, principalmente no uso de verbos. Buscando compreender melhor este processo, o presente estudo teve por objetivo avaliar a flexão verbal de tempo na escrita de surdos sinalizadores e observar a presença de outros marcadores de tempo em suas frases. O estudo foi realizado com vinte e dois sujeitos, com idade entre 14 e 24 anos e escolaridade de 3ª a 7ª série do Ensino Fundamental. Estes indivíduos foram avaliados quanto ao conhecimento em Língua Brasileira de Sinais de seis verbos de ação (por meio de cartelas contendo figuras representando estas ações) e em seguida foram orientados a escrever três frases com cada verbo, sendo uma no tempo passado, uma no presente e uma no futuro. Os dados foram avaliados qualitativa e quantitativamente e demonstraram que os sujeitos apresentaram dificuldade na flexão verbal de tempo, havendo o predomínio do verbo na forma nominal do infinitivo. Quanto a outros marcadores de tempo utilizados nas frases, os advérbios de tempo foram os mais frequentes. Os sujeitos que estavam matriculados em séries mais avançadas apresentaram melhor uso das flexões verbais de tempo e fizeram uso mais freqüente de outros marcadores de tempo. Conclui-se que apesar de um longo tempo de escolaridade, a maioria dos surdos do estudo não sabe realizar a flexão verbal de tempo da Língua Portuguesa. Este fato demonstra a necessidade de repensar as práticas de ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua, para que os surdos tenham a oportunidade de apropriar-se cada vez mais cedo da escrita, e participar ativamente da sociedade.	Surdez. Linguagem escrita. Língua brasileira de sinais. Educação Especial.

Quadro 5 – Categorização dos artigos da SciELO selecionados após leitura de títulos e resumos (Continuação)

Ano	Autor	Periódico	Resumo	Palavra-chave
2013	Ana Cláudia Balieiro Lodi.	Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05/Educação e Pesquisa	Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de desvendar os diferentes sentidos de educação bilíngue e de inclusão na <i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</i> e no Decreto nº 5.626/05 à luz da teoria discursivo-enunciativa de Bakhtin. Enquanto a <i>Política de Educação Especial</i> defende a inclusão dos alunos surdos no sistema regular de ensino, as comunidades surdas e pesquisadores da área, considerando a diferença linguística desse grupo social e o disposto no Decreto nº 5.626/05, advogam que a educação de surdos constitui-se como um campo específico do conhecimento, distanciando-se da educação especial. Observou-se que o Decreto compreende educação bilíngue para surdos como uma questão social que envolve a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa, em uma relação intrínseca com os aspectos culturais determinantes e determinados por cada língua; a <i>Política</i> , por sua vez, reduz educação bilíngue à presença de duas línguas no interior da escola sem propiciar que cada uma assuma seu lugar de pertinência para os grupos que as utilizam, mantendo a hegemonia do português nos processos educacionais. Tal concepção limita a transformação proposta para a educação de surdos apenas ao plano discursivo e restringe a inclusão à escola, impossibilitando uma ampliação desse conceito a todas as esferas sociais, conforme defendido pelo Decreto. Essa diferença entre os sentidos dos conceitos de educação bilíngue e de inclusão nos dois documentos tem alimentado velhas tensões e inviabilizado o diálogo entre as proposições da <i>Política de Educação Especial</i> e do Decreto nº 5.626/05.	Educação bilíngue para surdos - Inclusão - <i>Política de Educação Especial</i> - Decreto nº 5.626/05.

Quadro 5 – Categorização dos artigos da SciELO selecionados após leitura de títulos e resumos (Continuação)

Ano	Autor	Periódico	Resumo	Palavra-chave
2014	Maria Cristina da Cunha Pereira.	O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos/ Educar em revista	Este trabalho discute o ensino da língua portuguesa que tem sido ministrado para alunos surdos, que proíbe o uso da língua de sinais e que se fundamenta na concepção de língua como código; a metodologia de ensino adotada e os seus efeitos na leitura e na escrita de surdos. Apresenta uma proposta que privilegia a concepção discursivo-interacionista de língua e na qual a Língua Brasileira de Sinais é considerada primeira língua dos alunos surdos. Como primeira língua, ela fornece o arcabouço para a constituição do conhecimento da Língua Portuguesa. Em outras palavras, o conhecimento de mundo e de língua constituído na língua de sinais dá a base para o aprendizado da Língua Portuguesa pelos alunos surdos. O efeito da aplicação desta proposta é analisado nas produções escritas de dois alunos surdos, do ensino fundamental, de escola bilíngue, que tem a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa, como segunda. Nas produções observa-se que os alunos apresentam vários indícios de que estão aprendendo a produzir textos em Língua Portuguesa, ainda que evidenciem muitas dificuldades, decorrentes, principalmente, do pouco conhecimento que têm da língua. Considerando que, devido à perda auditiva, é pela visão que os surdos têm acesso ao mundo, a autora sugere que os alunos surdos leiam muito, já que é desta forma que serão inseridos no funcionamento linguístico-discursivo da Língua Portuguesa.	Surdez; Linguagem e surdez; Aprendizagem de segunda língua.

Quadro 5 – Categorização dos artigos da SciELO selecionados após leitura de títulos e resumos (Continuação)

Ano	Autor	Periódico	Resumo	Palavra-chave
2015	Simone Gonçalves de Lima da Silva	Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitora da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos/ Revista Brasileira de Educação Especial	Este artigo investigou sobre as consequências da aquisição da língua de sinais tardiamente na compreensão leitora em língua portuguesa como segunda língua por parte de surdos sinalizantes da língua brasileira de sinais. Para visualizar tais consequências, aplicou-se um teste de compreensão de língua de sinais, retirado do material Instrumento de Avaliação da Língua de Sinais (IALS), e um teste de compreensão leitora de língua portuguesa adaptado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Participaram deste estudo cinco surdos de nascença do sexo masculino, com idades de 19 a 41 anos e com diferentes idades de aquisição da língua de sinais. Os resultados apontaram como principal consequência a falta de estratégias para identificar a ideia principal do texto. Demonstraram também que apesar do fator idade de aquisição da língua de sinais interferir bastante na compreensão leitora da língua portuguesa, há outros fatores a considerar como: o contato com outros surdos que sejam fluentes, o apoio e motivação por parte da família no uso das duas línguas (Libras e Língua Portuguesa), a presença da língua de sinais durante a trajetória escolar, bem como metodologias de ensino de língua portuguesa que auxiliem os surdos a descobrir suas próprias estratégias de construção de sentido e ainda os fazerem detectar as diferenças de modalidade das línguas produzidas, bem como as particularidades de cada língua envolvida e ainda, o que é comum a ambas as línguas.	Educação Especial; Língua Brasileira de Sinais; Aquisição da Linguagem; Leitura Compreensiva.

Quadro 5 – Categorização dos artigos da SciELO selecionados após leitura de títulos e resumos (Conclusão)

Ano	Autor	Periódico	Resumo	Palavra-chave
2019/ 2020	Hector Renan da Silveira Calixto; Amélia Escotto do Amaral Ribeiro; Alexandre do Amaral Ribeiro.	Ensino de língua portuguesa escrita na educação bilíngue de surdos: questões a partir de narrativas de professores da Baixada Fluminense/ Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 determinam o ensino de língua portuguesa escrita para surdos, o que é corroborado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Essas determinações impactam a formação docente e o fazer pedagógico nos anos iniciais, especialmente em contextos bilíngues e em espaços geograficamente identificados como periferias urbanas. Este artigo, de caráter original, discute como professores que atuam em salas de aula inclusivas e bilíngues percebem os desafios decorrentes do ensino de língua portuguesa escrita para surdos. Com base em princípios da pesquisa-ação, analisaram-se narrativas de professores dos anos iniciais da educação bilíngue de surdos da Baixada Fluminense. Buscou-se, nessas narrativas coletadas em um curso de extensão sobre ensino de português escrito como segunda língua, mapear concepções e expectativas dos professores em relação à aprendizagem de português escrito por surdos. Os resultados permitem, na concepção dos professores, apontar questões como: a essencialidade do entendimento da aprendizagem do português escrito por alunos surdos, na perspectiva da interculturalidade, como forma de ampliar horizontes culturais e de relacionamento com os outros; a necessidade de espaços de compartilhamento de saberes e fazeres docentes; o resgate de conhecimentos que permitam pensar pedagogicamente sobre saberes e fazeres; e o destaque do planejamento e de proposição de atividades que atendam às especificidades do ensino de português escrito como segunda língua para surdos (PL2S).	Ensino da língua portuguesa; Ensino de segunda língua; Surdez.

Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, para questão de análise da base de dados da SciELO serão os seguintes artigos;

- Análise da flexão verbal de tempo na escrita de surdos sinalizadores/ Revista Brasileira de Educação Especial (2009);
- Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05 (2013);
- O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos (2014);
- Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitora da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos (2015);
- Ensino de língua portuguesa escrita na educação bilíngue de surdos: questões a partir de narrativas de professores da Baixada Fluminense (2019/20).

A segunda parte da pesquisa consistiu em uma busca nas bases de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) também do mesmo período, isto é, de 2009 a 2010. A pesquisa consistiu em entrar na base de dados da ANPEd e especificamente em Reuniões Científicas. A partir disso, selecionou-se Reuniões Nacionais e Trabalhos, que por sua vez, deu acesso aos Anais de Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd. A partir desta busca, selecionou-se os encontros de 2009 a 2019 do GT-15 (Grupo de Trabalho) que se refere à Educação Especial (Quadro 6):

Quadro 6 – Publicações encontros de 2009 a 2019 do Grupo de Trabalho-15

Ano	Reunião	Publicações
2009	32 <sup>a</sup>	15
2010	33 <sup>a</sup>	18
2011	34 <sup>a</sup>	24
2012	35 <sup>a</sup>	19
2013	36 <sup>a</sup>	20
2015	37 <sup>a</sup>	29
2017	38 <sup>a</sup>	16
2019	39 <sup>a</sup>	24
<b>Total de publicações: 165 publicações</b>		

Fonte: elaborado pela autora

Ressalta-se que as 165 publicações se referem a artigos no GT 15 de Educação Especial no período doam anos de 2009 a 2019. Sendo assim, com o objetivo de verificação das publicações, selecionou-se os trabalhos que o título poderia indicar artigos com relação ao

tema da pesquisa: Ensino de Língua Portuguesa Estudantes Surdos (Quadro 7). Assim se obteve:

Quadro 7 – Tabela de publicações da ANPEd em que os títulos poderiam estar relacionados com o objetivo do trabalho

Ano	Reunião	Títulos que podem estar relacionados com o objetivo da pesquisa
2009	32 <sup>a</sup>	1
2010	33 <sup>a</sup>	3
2011	34 <sup>a</sup>	5
2012	35 <sup>a</sup>	3
2013	36 <sup>a</sup>	2
2015	37 <sup>a</sup>	4
2017	38 <sup>a</sup>	3
2019	39 <sup>a</sup>	4
<b>Totalizando: 25 publicações</b>		

Fonte: elaborado pela autora.

Para melhor visualização se tem o seguinte (Quadro 8):

Quadro 8 – Categorização das publicações da ANPED em que os títulos poderiam estar relacionados com o objetivo do trabalho (Continua)

Ano	Reunião	Título	Autor
2009	32 <sup>a</sup>	Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos	Maura Corcini Lopes – UNISINOS; Eliana da Costa de Menezes – UNISINOS
2010	33 <sup>o</sup>	A educação dos surdos na região do planalto médio riograndense – uma problematização das condições linguísticas e de escolarização	Tatiana Bolivar Lebedeff – UFPel, Agência Financiadora: CNPq
		Diferença linguística e cultural na perspectiva da inclusão: padrões interacionais e aprendizagem na sala de aula de surdos	Carlos Henrique Rodrigues – UFJF
		O trabalho docente na contemporaneidade: a educação de surdos como desafio	Maria Das Graças C. De Arruda Nascimento – UFRJ Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da Silva – INES; Ana Luísa Antunes – INES Agência Financiadora: FAPERJ
2011	34 <sup>a</sup>	Produzir e consumir: negociações da cultura surda no cenário contemporâneo	Lodenir Becker Karnopp – UFRGS Márcia Lise Lunardi-Lazzarin – UFSM Madalena Klein – UFPel
		Formação docente capitalizada: análise de uma proposta na educação de surdos	Fernanda de Camargo Machado – UFSM Camila Righi Medeiros Camillo; Eliana Da Costa Pereira de Menezes
		“Companheiros de infortúnio”: a educação de ‘surdos-mudos’ e o repetidor Flausino da Gama	Cassia Geciauskas Sofiato – UCPel
		A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos	Liane Camatti – IFFarroupilha
		Problematizando o trabalho do intérprete de libras nas escolas regulares	Ana Dorziat – UFPB Filippe Paulino Soares
2012	35 <sup>a</sup>	A constituição do sujeito surdo na cultura guarani-kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola	Luciana Lopes Coelho – UFGD; Marilda Moraes Garcia Bruno – UFGD
		Das narrativas de uma professora surda: experiências de letramento e formação docente	Bianca Gonçalves da Silva – UFPel, e Madalena Klein – UFPel
		Fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares	Adriana Dantas Wanderley dos Santos – UFBA

Quadro 8 – Categorização das publicações da ANPED em que os títulos poderiam estar relacionados com o objetivo do trabalho (Conclusão)

Ano	Reunião	Título	Autor
2013	36 <sup>a</sup>	Surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues	Patrícia Gräff – SMEJ-Santa Rosa Agência
		Cultura surda: imperativo pedagógico nos discursos que circulam na ANPED no período de 1990 a 2010	Cinara Franco Rechico Barberena – UFRR/UNISINOS
2015	37 <sup>a</sup>	Educação escolar bilíngue de surdos	Janete Inês Müller – IF Farroupilha Lodenir Becker Karnopp – UFRGS
		Políticas educacionais e linguísticas para surdos: discursos que produzem a educação bilíngue no Brasil na atualidade stürmer	Ingrid Ertel – UFRGS Thoma, Adriana da Silva – UFRGS
		Práticas de si na produção de subjetividades surdas brasileiras	Juliane Marshall Morgenstern – UNISINOS Pedro Henrique Witches – UNISINOS
		Práticas de professores de alunos surdos e o ensino de língua estrangeira na educação de surdos	Karina Ávila Pereira – PPGE/UFPEL Madalena Klein – PPGE/UFPEL
2017	38 <sup>a</sup>	Representações acerca dos projetos de vida de surdos universitários	Arlete Marinho Gonçalves - UFPA
		Não basta ser surdo para ser professor: os modos de ser professor surdo no espaço da inclusão	Daniel Junqueira Carvalho – CEUNES
		A libras como disciplina na educação básica: uma pesquisa com professores da rede estadual de Caxias – MA	Eulânia Maria Ramos Bastos – UFMA
2019	39 <sup>a</sup>	1º problematizando o decreto nº 9.465/2019: o que muda nas perspectivas da educação de surdos?	
		A constituição de uma verdade sobre a educação de surdos: uma aproximação aos documentos do Congresso de Milão (1880)	
		Cartografando a educação de surdos, deficientes auditivos e surdocegos na região do Caparaó Capixaba/ES	
		Surdez e construção social da identidade	
<b>Totalizando: 25 publicações entre 2009-2019</b>			

Fonte: elaborado pela autora.

Como a leitura do título não garante saber se a publicação abordará o Ensino de Língua Portuguesa para Estudantes Surdos, procurou-se dentro dos resumos alguma pista sobre o assunto. Sendo assim, após a leitura dos resumos se identificou cinco artigos que abordavam

não diretamente, mas que contemplava de algum modo o tema da pesquisa proposta (Quadro 9). São estes:

Quadro 9 – Categorização dos artigos da ANPED selecionados após leitura dos resumos (Continua)

<b>Ano</b>	<b>Título do artigo</b>	<b>Autor</b>	<b>Resumo</b>	<b>Palavras-chave</b>
2009	Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos	Maura Corcini Lopes e Eliana da Costa de Menezes	Este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior que buscou conhecer a situação dos alunos surdos matriculados em escolas do Rio Grande do Sul. Desenvolve análises referentes às regiões do Vale do Rio dos Sinos e Serra gaúcha. Os dados sobre matrícula, séries de ensino, condições das escolas e dos profissionais envolvidos com alunos surdos, foram obtidos através de planilhas preenchidas por profissionais das Coordenadorias de Educação do Estado, Secretarias Municipais de Educação e escolas. Na análise constatamos que 66 municípios possuem alunos surdos em 49 escolas públicas e particulares. 42 escolas trabalham com a inclusão de alunos surdos, sendo que na maioria não há profissionais (professores e intérpretes) com formação para o trabalho. Autores como Stumpf (2008), Perlin (2007), Lopes (2005, 2006, 2007 e 2008), Karnopp (2005), Carvalho (2008), entre outros foram utilizados para problematizar as realidades escolares e levantar necessidades básicas que possibilitem a inclusão dos surdos sob outras bases educacionais, linguísticas e pedagógicas.	Inclusão; educação de surdos; língua de sinais; intérpretes; professores.

Quadro 9 – Categorização dos artigos da ANPEd selecionados após leitura dos resumos  
(Continuação)

Ano	Título do artigo	Autor	Resumo	Palavras-chave
2010	Diferença linguística e cultural na perspectiva da inclusão: padrões internacionais e aprendizagem na sala de aula de surdos	Carlos Henrique Rodrigues – UFJF	Neste artigo, considerando-se as perspectivas atuais do processo educacional inclusivo de pessoas com surdez, apresenta-se uma investigação de processos interativos e discursivos em uma sala de aula de surdos. Com base na observação participante (SPRADLEY, 1980), orientada pelos princípios da etnografia educacional (GEE, GREEN, 1998; GREEN, DIXON, 1993; GREEN, DIXON, ZAHARLICK, 2001; 2005; CASTANHEIRA, 2004), identificaram-se e se analisaram os padrões interativos e as práticas discursivas, constituídas pelo grupo ao longo da interação e constitutivas do mesmo. Os padrões interacionais (SCHULTZ; FLORIO; ERICKSON, 1982; CORSARO, 1981), discutidos neste artigo, evidenciaram que a diferença linguística e cultural orienta a participação e influencia a criação e a apropriação das oportunidades de aprendizagem na turma de surdos. As análises realizadas evidenciaram, ainda, que a interação discursiva em Libras favorece a apropriação individual dos conteúdos escolares e a construção de entendimento comum das atividades pedagógicas propostas.	surdos; diferença; diversidade; inclusão; ensino- aprendizagem

Quadro 9 – Categorização dos artigos da ANPEd selecionados após leitura dos resumos  
(Continuação)

Ano	Título do artigo	Autor	Resumo	Palavras-chave
2012	Das narrativas de uma professora surda: experiências de letramento e formação docente	Bianca Gonçalves da Silva – UFPel Madalena Klein – UFPel	Este artigo centra seu foco na formação de professores surdos e suas implicações na constituição de práticas docentes significativas. Para isso, tomamos por base os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo compreender a constituição da identidade de professoras surdas e os aspectos de formação docente. Desenvolvemos um diálogo com autores que se aprofundam nos estudos relacionados à surdez, envolvendo os Estudos Surdos e suas interlocuções com os Estudos Culturais assim como autores que trabalham com o método (auto) biográfico e a formação, atrelado às narrativas de vida. Realizamos um recorte, trazendo as narrativas de uma das professoras surdas participantes da pesquisa, nas quais ela evidencia suas experiências relativas aos processos de letramento e que se constituíram significativos em sua formação como docente surda. Interessante notar que ao narrar suas vivências, a professora enuncia sua preocupação com aquilo que considera oportuno agregar à sua prática de professora surda, comprometida com o fazer pedagógico que atenda às necessidades de aprendizagem de seus alunos surdos.	-

Quadro 9 – Categorização dos artigos da ANPEd selecionados após leitura dos resumos  
(Continuação)

Ano	Título do artigo	Autor	Resumo	Palavras-chave
2012	Fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares	Adriana Dantas Wanderley dos Santos – UFBA	Tendo identificado a pouca frequência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares municipais de Salvador, o presente trabalho objetivou refletir sobre os fatores que têm influenciado a permanência ou ausência dos alunos surdos com esse perfil comunicativo nas referidas escolas. Para tanto, visitou instituições educacionais de atendimento à criança surda e entrevistou professores, coordenadores, diretores e familiares à luz de duas categorias (aspectos pedagógicos da educação do surdo e opinião dos sujeitos sobre a atual educação pública). As visitas e entrevistas realizadas permitiram elencar fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares municipais. Concluiu-se que a atual Política Educacional Inclusiva, no âmbito da educação do surdo, precisa passar por profundas mudanças. A pouca frequência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares não se deve a um único fator, mas, principalmente, à inexistência de uma Política Inclusiva voltada à educação dessa população.	Educação de surdos; Primeiros anos escolares; Política inclusiva.

Quadro 9 – Categorização dos artigos da ANPEd selecionados após leitura dos resumos (Conclusão)

Ano	Título do artigo	Autor	Resumo	Palavras-chave
2013	Surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues	Patrícia Gräff	O presente texto problematiza questões referentes a constituição de propostas bilíngues no campo da educação de surdos inseridos em espaços regulares de ensino. As bases para a análise e discussão provêm de uma pesquisa desenvolvida em uma escola pública de educação básica, cujas atividades, coordenadas pela pesquisadora, visavam instigar os surdos a ensinar a Libras (Língua Brasileira de Sinais) para os ouvintes. Numa análise qualitativa com viés etnográfico, a pesquisa procurou entrelaçar as experiências escolares ao aporte teórico constituído, principalmente, por autores como Gadamer, Skliar e Lopes, considerando suas importantes contribuições e teorizações acerca da linguagem, e das problematizações em torno da surdez, respectivamente. As conclusões permitem dizer que a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras se mostra fator importante para que a aprendizagem se consolide com mais autonomia, pautada em um ambiente interativo com/entre os colegas, sem que esteja restrito apenas a professor/es e aluno/s surdos. Ou seja, a constituição de um contexto educacional bilíngue propicia aprendizagens para surdos e ouvintes.	Surdez; Libras; Bilinguismo; Inclusão.
<b>Total de publicações da ANPEd para análise: 5 publicações.</b>				

Fonte: elaborado pela autora.

Assim sendo, os textos que abordam de certa forma o objetivo proposto são:

- Inclusão de alunos Surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos (2009);
- Diferença Linguística e Cultural na Perspectiva da Inclusão: Padrões Interacionais e Aprendizagem na sala de aula de Surdos (2010);
- Das Narrativas de uma Professora Surda: Experiências de Letramento e Formação Docente (2012);
- Fatores Influenciadores da Permanência ou ausência dos Alunos Surdos Usuários da Língua de Sinais nas Escolas Regulares (2012);
- Surdos e Ouvintes na Escola Regular: possibilidades de Emergência de Sujeitos Bilíngues (2013).

Portanto, para questões de reflexões quanto ao tema proposto, terão como base os cinco textos publicados na SciELO mais os cinco textos publicados pela ANPEd.

### CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor compreensão da verificação dos resultados, esta parte estará separada em três fases. Primeiramente se apresentará, de modo sucinto, o que foi abordado em cada texto nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) (separadamente), depois uma pequena reflexão geral para cada base de dado. Ao final, uma reflexão global sobre as produções encontradas.

#### 3.1 AS PUBLICAÇÕES DA SciELO

O primeiro texto, selecionado na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), data de 2009 com o título *Análise da Flexão Verbal de Tempo na Escrita dos Surdos Sinalizadores*, de Aline Nascimento Crato e Maria Silvia Cárnio. Nessa pesquisa, o objetivo foi verificar a flexão dos verbos por jovens surdos sinalizadores. As autoras selecionaram vinte e dois jovens entre 14 e 24 anos com escolaridade entre o 3ª a 7ª série do Ensino Fundamental em que todos frequentaram, dentro do período de quatro anos para mais, escolas especiais. Durante a realização do trabalho, as pesquisadoras mostraram cartelas que indicavam ações (verbos) e pediam para que estes os jovens sinalizassem. A sinalização até então, perceberam que eles se saíram bem, pois conseguiam em Línguas de Sinais expressar o que se pedia nas cartelas, até mesmo aqueles que haviam aprendido Libras mais tardiamente. Ao terminar esta parte da pesquisa, pediu-se que estes jovens escrevessem três frases, utilizando os tempos verbais em: presente, pretérito perfeito e futuro. Dos vinte e dois jovens, apenas três fizeram as relações corretas com os tempos verbais, quatro conseguiram escrever a flexão verbal corretamente somente no tempo presente. Já os outros quinze jovens, não conseguiram flexionar os verbos nos tempos solicitados, escreveram simplesmente no infinitivo, mas cinco deles utilizaram advérbios para marcar o tempo. Um exemplo são os usos dos advérbios como “antes” como marca de passado, o “hoje” como marca de presente e “depois” como marcas de futuro. Os outros dez participantes não sabiam diferenciar o tempo verbal na escrita. Ao se comparar os anos de estudos com o uso das flexões, percebe-se que quanto mais tempo de escolarização no ensino regular, menor a deficiência quanto ao uso dos verbos em seus devidos tempos. Assim, elas concluem que o tempo de escolarização influencia fortemente o desenvolvimento da Língua Portuguesa escrita do Surdo, pois o ambiente pode lhe proporcionar um maior contato com a leitura e a escrita. Por fim, a pesquisa acrescenta que faltam investigações nos estudos

das flexões dos verbos, como também cita sucintamente propostas pedagógicas que possam atender as necessidades dos estudantes surdos, como o conhecimento do professor de Língua Brasileira de Sinais, que facilitaria para o estudante surdo a compreensão das diferenças linguísticas tanto das estruturas da Libras quanto às da Língua Portuguesa. As pesquisadoras apontam que com o conhecimento da Língua Portuguesa escrita é que se poderá ter uma verdadeira inclusão.

O segundo texto é uma publicação de 2013 intitulada *Educação Bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto 5.626/05* de Ana Cláudia Balieiro Lodi. A autora faz um comparativo no que diz respeito da Educação Bilíngue e Inclusão na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL,2005). A autora problematiza a questão da inclusão e o bilinguismo sob a ótica tanto da Política de Educação Especial quanto sob o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) enfatizando que para a Política a inclusão e o bilinguismo, bastaria apenas que os estudantes tivessem contato com Libras e Língua Portuguesa em um mesmo ambiente, não levando em consideração aspectos culturais e linguísticos dos surdos. Para a autora, a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva visava uma inclusão de estudantes nas escolas regulares, já que documentos anteriores fazem menção ao direito à educação de todos como um bem garantido. Já o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) permite que sejam dispostos ambientes próprios para que se atenda as especificidades de cada indivíduo, principalmente no que se refere à surdez. Enfatiza a educação bilíngue assim como a formação de profissionais para atender a demanda. Como também a garantia do acesso a Libras como meio intermediário para a instrução e para a Língua Portuguesa na modalidade escrita. O decreto, por sua vez, permite também que as escolas regulares ofereçam esse tipo de educação, desde que sejam contemplados nos currículos didáticos pedagógicos propostas que verdadeiramente incluam os surdos. Segundo Lodi (2013), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece um contraponto com o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) pois não deixa claro qual a língua “principal” o surdo deve apreender como base, Língua de Sinais ou Língua Portuguesa nas salas inclusivas. Sem mencionar que, segundo a Política, o papel do tradutor intérprete fica restrita à comunicação com o estudante, não permitindo efetivamente a participação do surdo nas aulas. Lodi (2013) enfatiza a proposta de Bakhtin em que o aprendizado de uma segunda língua (L2) se dá pelo confronto de significados e sentidos, assim como menciona a importância da convivência social para o desenvolvimento linguístico. Outro aspecto que deve ser ressaltado é quanto à formação docente. Segundo a autora, o Decreto nº5. 626/05( BRASIL, 2005) destaca que o docente deve

ser fluente em Libras para que se proponha aos estudantes surdos, condições de aprender a Língua de Sinais como primeira língua (L1), e a partir disso, adquirir bases linguísticas para o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita. A autora ressalta que a formação do professor em Libras é de fundamental importância para que se estabeleça o diálogo entre estudante e educador. A responsabilidade da educação do surdo não é do intérprete, mas do educador. Por fim, Lodi (2013) menciona que a inclusão não é simplesmente permitir o acesso para que o surdo esteja na sala de aula, como quer a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), ou até mesmo encaminhar para escolas especializadas no contraturno, mas é, antes de tudo, considerar aspectos linguísticos e culturais específicos dos surdos como prioridade. Após a compreensão da importância linguística da Libras como (L1), é que se pode avançar para a aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita (L2).

O terceiro texto data do ano de 2014 com o título *O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos*, de Maria Cristina da Cunha Pereira. A autora retoma um histórico do ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa pelos estudantes surdos. Nesse sentido, menciona que a aprendizagem era oralista, isto é, o surdo tinha que ter como base o conhecimento da Língua Portuguesa, decorar palavra e ler lábios para que pudesse compreender os mais diversos contextos. Essa situação gerava muitas dificuldades para estudantes surdos, pois, para Pereira (2014), a não aprendizagem da leitura e da escrita estava atrelada pelo aspecto da surdez. Com o passar do tempo, mas especificamente com o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) e a possibilidade de uma educação bilíngue, passou-se a considerar de modo mais enfático a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira Língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para educandos surdos. Tal fato serviu de alavanca para impulsionar métodos e práticas que contribuíssem para o aprendizado de Língua Portuguesa na modalidade escrita dos surdos. Segundo Pereira (2014), mesmo considerando a Língua de Sinais como primeira língua, os surdos ainda apresentam dificuldades quanto ao aprendizado de Língua Portuguesa. Para a autora, as dificuldades de compreensão fizeram com que muitos surdos desistissem da leitura e educadores, por sua vez, davam acesso a textos simplificados “abaixando” o nível da aprendizagem. A partir do momento em que se considera o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), as práticas de leitura e escrita assumem um outro papel. O que antes era decodificação de palavras ou frases, passam a assumir funções mais amplas, principalmente no que corresponde à interação social. Segundo Pereira (2014), o desenvolvimento linguístico se dá por práticas de leitura e experiências pessoais de cada indivíduo. A autora, ao discorrer sobre as mudanças do foco quanto à aprendizagem de Língua

Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa, cita uma possível proposta de prática pedagógica em que deixa bem claro a importância de expor os estudantes à leitura. Para ela, traduzir os textos ou parte deles para língua de sinais e incentivar a criação de hipóteses baseadas em experiências, além de chamar a atenção dos estudantes para a percepção das igualdades e diferenças quanto as duas línguas (L1 e L2). Também ressalta a importância da construção coletiva dos textos. A imagem da escrita tem sua grande contribuição para o desenvolvimento da L2.

Com o objetivo de detalhar o trabalho, Pereira (2014) descreve os resultados de uma pesquisa realizada com dois estudantes surdos do sexto ano. Percebeu-se que, apesar das dificuldades em língua Portuguesa, os estudantes desenvolveram na escrita (textual) ideias coerentes ao que havia sido pedido, isto é, a partir de uma imagem puderam criar hipóteses e dialogar com as expectativas de cada um. A autora destaca ainda que são estudantes que aprenderam Libras na escola e que estão começando a adquirir a Língua Portuguesa como L2. Ao concluir o texto, Pereira (2014) afirma que a dificuldade dos estudantes quanto à Língua Portuguesa está no como a L2 é ensinada nas escolas, e que a Língua de Sinais é de fundamental importância para o conhecimento de mundo dos estudantes e assim interpretar e criar hipóteses para as leituras.

O quarto texto do ano de 2015 com o título *Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitura da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos*, de Simone Gonçalves de Lima da Silva. A autora trouxe para a discussão a questão da idade sensível para a aquisição da língua. Ressalta que a primeira língua é primordial não somente para a interação social, mas também para o aprendizado de uma segunda língua. Silva (2015) trouxe nessa publicação uma pesquisa realizada com cinco surdos entre 19 a 41 anos. As condições para a verificação desse trabalho eram que os surdos pesquisados se tratassem de filhos de pais ouvintes, com surdez profunda e que haviam aprendido Libras tardiamente. Com isso, a autora demonstrou que quanto mais tarde um surdo adquire a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mais difícil será a compreensão leitora para esses sujeitos. Silva (2015) destaca que a leitura não é apenas decodificação do código, mas uma ampliação do entendimento do texto, levando em consideração conhecimentos prévios, levantamento de hipóteses e interação entre o texto escrito e a compreensão. Para dar seguimento a verificação, a autora conta que foi utilizado o Instrumento de Avaliação de Língua de Sinais (IALS) e um texto adaptado do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA). A pesquisadora verifica que quanto mais tarde da “Idade sensível” o indivíduo aprende a Língua de Sinais, mais dificuldade terá em relacionar e interpretar as informações de um texto.

Ao final da pesquisa, sugeriu que haja uma proposta curricular que ofereça Língua Portuguesa para Surdos e ainda lançou a seguinte questão: *o que estão aprendendo em língua portuguesa em horário comum escolar?*

Quanto ao quinto e último texto da base de dados da SciELO, é de 2019, mas dentro da plataforma está categorizado como de 2020 (por isso, a escolha), intitulado *Ensino de Língua Portuguesa Escrita na Educação Bilíngue dos Surdos: questões a partir de narrativas de professores da Baixada Fluminense*, de Hector Renan da Silva Calixto, Amélia Escotto do Amaral Ribeiro e Alexandre do Amaral Ribeiro. Nessa pesquisa, procuraram verificar o que os professores dos anos iniciais entendem por Língua Portuguesa para Surdos como segunda língua e assim buscam nas narrativas de professores compreender tal situação. A pesquisa sugere algumas práticas pedagógicas que se pode aplicar nos anos iniciais quanto se refere à escrita. Os autores citam: elaboração de projetos, formulação de esquemas para se escrever algum texto, redação em si, fazendo-se observar a coesão e a coerência e a revisão daquilo que se escreveu. Assim também sugere uma obra intitulada “Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica” – Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. O que o texto aborda com muita ênfase são os discursos dos professores. Segundo os autores percebe-se as dificuldades em encontrar práticas pedagógicas que possam chamar a atenção das crianças surdas. Ao considerar as situações apresentadas pelos pesquisadores é relevante salientar que os educadores citados na pesquisa, relatam a falta de linguagem dos estudantes que frequentam a escola o que chamam de “vocabulário limitado”. Com isso, mencionam que o trabalho se torna cada dia mais desafiador no sentido de alcançar os objetivos, isto é: a alfabetização das crianças surdas. Outro aspecto destacado no texto é a formação docente. Os pesquisadores mencionam as angústias dos educadores, pois não encontram espaço para partilhar ideias e quanto aos cursos de formação apresentam a sensação que o que realmente querem aprender não é atendido. Os cursos de formação oferecidos não são suficientes para dar conta dos desafios da prática do cotidiano. Para estes educadores, segundo a pesquisa, é preciso que haja sistematização dos conteúdos, assim como um currículo que oriente especificamente o trabalho de alfabetização principalmente na Língua Portuguesa quanto segunda língua. Por fim, os autores propõem que se repense nas políticas e nas práticas pedagógicas que atendam os estudantes surdos, assim como ouvir os professores para que se possa lançar um novo olhar para o ensino de Língua Portuguesa para Surdos.

### 3.1.1 Uma Pequena Reflexão da Base de Dado da SciELO (2009 – 2019/2020)

Ao pensar nos cinco textos vistos na seção anterior, percebe-se uma grande preocupação com o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa para estudantes surdos, mas o que se pode verificar é que dos cinco textos apenas três textos apresentam alguma referência às práticas pedagógicas para atender estudantes surdos:

- Análise da Flexão Verbal de Tempo na Escrita dos Surdos Sinalizadores (2009);
- O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos (2014);
- Ensino de Língua Portuguesa Escrita na Educação Bilíngue dos Surdos: questões a partir de narrativas de professores da Baixada Fluminense (2019/2020).

Nos textos referidos acima, nota-se a presença de algumas possibilidades de práticas pedagógicas, como estruturação de textos, sinalização de textos e reescrita, construções coletivas de narrativas, mobilização para a percepção das diferenças linguísticas (entre Línguas de Sinais e Língua Portuguesa) para os surdos. Tais indicações são mencionadas de forma sucinta nos textos. Pode-se dizer ainda que não há uma pesquisa específica que aborde uma prática pedagógica eficaz que traga para sala de aula resultados surpreendentes quanto ao aprendizado de Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Outro aspecto que se pode ressaltar, neste momento, é quanto à falta de orientação de muitos educadores para se trabalhar com estudantes surdos. Evidentemente, que o Decreto 5.626/05 vem não somente colaborar com a oficialização de Libras como primeira língua para a pessoa surda, mas também reforçar a importância da formação docente para a garantia do direito de aprender da pessoa surda. O maior desafio é que, ainda nos tempos atuais, muitos educadores se encontram perdidos e não sabem lidar com os estudantes surdos, principalmente, no ensino regular como também em escolas bilíngues.

As publicações *Ensino de Língua Portuguesa Escrita na Educação Bilíngue dos Surdos: questões a partir de narrativas de professores da Baixada Fluminense* (2019/2020) e *Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitura da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos* (2015) revelam as angústias e as inquietações do educador no desafio de não somente a ler e escrever em Língua Portuguesa, mas também muitas vezes de estruturar uma primeira língua (Língua de Sinais para a escrita). No texto de 2019/2020, os pesquisadores relatam que os professores dos anos iniciais da escola bilíngue não têm tempo e espaço para discutir questões pedagógicas e os cursos de formação não apresentam referências teóricas que subsidiem uma prática em sala de aula. Já o texto de

2015 faz uma pergunta muito provocativa. Depois de verificar que os estudantes surdos não estão compreendendo a Língua Portuguesa na modalidade escrita apesar de passarem anos na escola, lança a questão: “o que estes estudantes estão fazendo nas aulas de Língua Portuguesa?”. Pode-se relacionar esses textos pelo fato de as políticas não estarem dando conta de atender as demandas, ou seja, a lei garante o direito à aprendizagem, porém a prática ainda tem muito a caminhar. Os educadores não estão sendo assistidos devidamente quanto à formação exigida segundo a legislação. Nota-se que a escola assume um papel crucial para a inclusão dos estudantes surdos na sociedade letrada e sem a assistência devida, não há possibilidade de uma verdadeira inclusão. O não aprendizado de Língua Portuguesa na modalidade escrita não pode estar atrelado à surdez, como bem indica o texto *O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos* (2014), além de recontar a trajetória dos métodos de ensino de Língua Portuguesa, destaca que o aprendizado de Língua Portuguesa escrita independe da surdez, cabendo ao educador, desenvolver estratégias para que os estudantes surdos tenham a possibilidade de ter contato com a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Nesse sentido, o que se pode pensar é que para uma prática pedagógica que garanta o direito ao aprendizado tanto às Línguas de Sinais quanto à Língua Portuguesa escrita, além da conscientização das instituições de ensino quanto à importância da inclusão de forma responsável é a mobilização para a garantia de recursos, sejam eles humanos ou materiais.

Outra questão que fica muito evidente durante o levantamento é a contradição clamorosa existente entre Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2009) (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005). Inclusão como pretende a Política, não é estar no mesmo espaço físico, mas é, antes de tudo, participar das interações sociais e culturais. Não basta ensinar/aprender a Língua Portuguesa escrita, mas é preciso também enfatizar as diferenças linguísticas e culturais para que juntos se possa construir do aprendizado.

### 3.2 AS PUBLICAÇÕES DA ANPEd

Seguindo os objetivos da pesquisa, isto é, levantamento bibliográfico para verificar as produções que trazem como tema Língua Portuguesa para estudantes surdos, destacam-se algumas produções da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Assim sendo, o procedimento se desenvolverá da mesma forma como ocorrido na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

A primeira publicação a ser destacada é *Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos* (2009), de Maura Corcini Lopes e Eliana da Costa de Menezes. Esse artigo destaca a importância do reconhecimento dos indivíduos como surdos e a luta por garantias de espaços. As autoras lançam mão da seguinte questão: “o que seriam condições necessárias para a inclusão de surdos?”. O artigo ressalta que os surdos se recusam a estar em um espaço que é pensado para a “normalidade” ou mais diretamente ao ouvinte. Traz ainda dados coletados em que de 435 estudantes surdos, 85 estão matriculados em classes de ouvintes e apenas cinco professores são surdos. As autoras indagam como ficam as identidades surdas já que não há convivência com os pares. Para Lopes e Menezes (2009), a não convivência de estudantes surdos com seus pares faz com que a marca da identidade fique atrelada à deficiência, causando o que as autoras chamam de in/exclusão. Assim, tem-se as seguintes informações: *85 alunos surdos em escolas regulares, seis (6) na educação infantil, 69 no ensino fundamental, sete (7) no ensino médio e três na educação de jovens e adultos* (LOPES; MENEZES, 2009 p. 7). O artigo problematiza não somente a inserção dos surdos nos espaços físicos da escola, mas destaca ainda que não há “uma língua estruturada”, que permita a todos uma comunicação, nem uma formação pedagógica para atenderem os estudantes surdos. A pesquisa mostra que dos 85 estudantes surdos, 74% estão sozinhos na sala de aula. Diferentemente desses casos, a pesquisa mostra que, em uma escola, 26 alunos são incluídos, mas que os professores não contam com intérpretes, precisando falar em Língua Portuguesa e depois em Línguas Brasileira de Sinais (Libras). Para Lopes e Menezes (2009), a não preparação do educador, assim como a não presença do intérprete, faz com que a aprendizagem de Língua Portuguesa esteja atrelada à memorização de frases e de palavras, não expandindo o conhecimento em Língua Portuguesa na modalidade de leitura e escrita. Ao fechar da pesquisa, destacam a falta de informações dada pelas Secretarias, falta de formação dos professores e atuações de intérpretes, falta de currículo pela escola para atender esses estudantes. Assim sendo, pergunta-se os projetos pedagógicos estão sendo desenvolvidos nas escolas, que se possa chamar de inclusiva?

O segundo texto foi *Diferença linguística e cultural na perspectiva da inclusão: padrões interacionais e aprendizagem na sala de aula* (2010), de Carlos Henrique Rodrigues. O autor menciona que políticas que propõem inclusão existem, mas não se considera a especificidade da pessoa surda. Nesse sentido, o autor levanta a seguinte questão: “quais as contribuições que uma classe composta de apenas surdos poderia desenvolver para a educação?”. O estudo se baseou na Rede Municipal de Belo Horizonte em que algumas escolas optaram por ser de educação bilíngue. Segundo Rodrigues (2010), no 1º e 2º ciclos haveria

professores sinalizadores (as aulas seriam em Libras) e a partir do 3º ciclo, com a presença de profissionais intérpretes. Além disso, destaca que a escola utilizada para pesquisa pretendida apresenta propostas pedagógicas que incluía estudantes surdos. Cita também projetos realizados pela Rede Estadual de Educação para atender os surdos na continuidade do ensino fundamental como também o médio. Segundo Rodrigues (2010), algumas escolas oferecem curso de Libras aos professores, porém há casos que o professor acaba assumindo salas sem a preparação ideal. Nesse sentido, para melhor refletir quanto à pesquisa, o autor escolheu observar uma sala de aula composta por alunos surdos e um professor ouvinte que utiliza Libras. Observa-se que, nesse caso, a Libras não utilizada com a finalidade de estruturar a Língua Portuguesa, mas para simplesmente se comunicar com alunos. Ao desenvolver a pesquisa, o autor observou que os alunos surdos preferiam estudar com surdos. Existia uma identidade cultural surda. Observou-se que a norma da sala de aula é a Libras, os estudantes não se enxergavam pelo viés da deficiência e tal fato, faz toda a diferença no desenvolvimento e aprendizagem destes alunos. Rodrigues (2010) destaca que é a Libras que mantém a interatividade do grupo e o uso de Língua Portuguesa Oral era considerado errado pelo grupo observado. O pesquisador observou os espaços observados pelos alunos, contribuindo assim para o diálogo entre eles, lembrando que Libras é uma língua gesto-visual. Também ressalta a importância do espaço em frente a lousa e até mesmo a próprio quadro, pois são recursos visuais para os alunos. O autor acredita que a pesquisa colabora no sentido de percepção o quanto uma sala somente de alunos surdos exige uma outra dinâmica muito diferente quando se tem um professor e um intérprete. Assim sendo, o autor destaca que o conhecimento é partilhado com todos, e o grupo desenvolve seus significados e a apropriação do conhecimento se torna mais prático. Por fim, a pesquisa trouxe para a discussão que apenas o uso da Língua de Sinais não garante o sucesso escolas, mas que a partir dela a construção do conhecimento se torna mais participativo.

O terceiro texto foi *Das narrativas de uma professora surda: experiências de letramento e formação docente* (2012), de Bianca Gonçalves da Silva e Madalena Klein. A pesquisa destaca a formação do professor surdo, as práticas pedagógicas e o relato pessoal do processo de letramento. Para as autoras, cultura, convivências e lutas fazem parte para contribuir para do processo de formação docente. Assim sendo, é a partir das memórias e dos relatos das docentes surdas que a pesquisa foi realizada. Silva e Klein (2012) destacam as contribuições dos discursos autobiográficos para a formação docente. Um dos relatos enfatizados pelas autoras traz a interação social e a descoberta do “mundo” como forma de aprendizagem. Também, nesse discurso, revela-se o comprometimento da docente com o fazer profissional. A professora baseando-se em suas experiências de infância, pensa em

proporcionar aos estudantes as mesmas oportunidades. Segundo Silva e Klein (2012), a professora ouvida articula o pensar a educação dos surdos com uma pedagogia cultural. Também o artigo revela que a professora surda entrevistada traz grandes marcas literárias como o gibi, que segundo o relato, contribuiu de forma significativa para o aprendizado do português escrito. Destaca-se esses gêneros textuais (visuais) como recursos pedagógicos importantes para os surdos. O que chama a atenção para essa pesquisa é o relato desta professora quanto ao ensino de Língua Portuguesa. Silva e Klein (2012) destaca o bilinguismo como forma de apropriação do português na modalidade escrita. Ao final do artigo, as autoras mostram que a professora (em que se ouviu o relato biográfico), ao se identificar com a cultura surda, propicia aos estudantes a mesma experiência de quando criança, ou seja, ela produz cultura. A pesquisa termina mencionando que proporcionar esse tipo de experiência é um fazer pedagógico.

O quarto texto foi *Fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares* (2012), de Adriana Dantas Wanderley dos Santos. A pesquisa foca a problemática inserção de crianças usuárias de Libras nas salas regulares na cidade de Salvador. Enfatiza que na rede municipal da cidade 31 escolas declaram ter algum aluno surdo, totalizando 46 alunos, porém apenas 10 faziam uso da Libras na escola, mas sete (7), frequentava sala exclusiva para surdos, resultando em apenas três dentro da sala regular. Depois de um levantamento realizado a pesquisadora questiona o porquê de 98,75% dos alunos surdos estarem em escolas/ salas para surdos e não em salas de ensino regular. Questiona ainda fatores que podem influenciar na presença e ausência destes estudantes nas salas de ensino regular. Santos (2012) apresenta a seguinte dualidade: se por um lado há políticas que fomentam a inclusão dos surdos nas salas regulares, por outro, há movimentos que afirmam que tal medida não é suficiente para garantir acesso linguístico aos estudantes surdos. Com base nesta questão, relata meio de conversas com diretores, coordenadores, professores e familiares tanto da rede regular como de escolas especializadas, saber o motivo da baixa frequência dos alunos com comunicação em Libras nas escolas/classes regulares. Após a verificação dos contextos, Santos (2012) percebeu que apenas um único aluno surdo era incluído na sala regular. Ressalta que este estudante apresentava grandes dificuldades de comunicação. Segundo a pesquisadora, isto acontecia pelo fato naquela sala não havia uma língua única que pudesse estabelecer relações uns com os outros. Santos (2012) destaca que o uso da língua comum e a falta de estratégias pedagógicas e curriculares são fatores que contribuem para o afastamento das crianças usuárias de Libras na escola. Assim a pesquisa conclui que as escolas regulares não possibilitam a aprendizagem em Libras para o aluno surdo, além de não se respeitar a fase de desenvolvimento de cada estudante surdo.

O quinto texto, *Surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues* (2012), de Patrícia Gräff. A pesquisa trata a questão linguística como um paradoxo entre a política e o uso efetivo da língua nos espaços compartilhados, como é o caso do ambiente escolar. A pesquisadora diz que por mais que o Decreto 5626/05 garanta o direito de Língua de Sinais para os surdos como primeira língua e Língua Portuguesa como segunda língua, o espaço de compartilhamento dessas duas culturas ainda é muito restrito. Para a autora, isso leva a uma sobreposição da Língua Portuguesa em relação à Língua de Sinais e, com isso, a Libras fica restrita a seus pares. Assim sendo, para Gräff (2013), atribuir somente ao intérprete a responsabilidade de comunicação tira do sujeito surdo a interação com o grupo que está inserido, principalmente se a classe for do ensino regular. A autora ainda conta que, para tentar sanar tais deficiências, foi proposto, na escola em que realizava a pesquisa, um projeto que ensinava os ouvintes Libras na hora do intervalo. Segundo Gräff (2013), a proposta do projeto foi de imediato recusada pelo corpo docente, porém o curso acontecia durante os intervalos. A autora também destaca que, com o passar do tempo, os alunos foram interagindo e as dificuldades de comunicação entre esses dois grupos foi diminuindo. Gräff (2013) finaliza que o intercâmbio é possível e a aprendizagem nesse tipo de ambiente é enriquecedor. Ainda, nesse sentido, a autora reforça que quando a escola oferece possibilidades de fluência tanto em língua de sinais quanto em língua portuguesa para os surdos é que realmente acontecerá a inclusão.

### **3.2.1 Uma Pequena Reflexão da Base de Dados da ANPEd (2009-2019)**

Ao refletir quanto às publicações encontradas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), percebe-se que a grande preocupação, em primeiro lugar, das publicações é com a questão da inclusão dos surdos em sala de aula. Um exemplo está nos seguintes textos:

- Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos – Maura Corcini Lopes e Eliana da Costa de Menezes;
- Diferença Linguística e Cultural na Perspectiva da Inclusão: Padrões Interacionais e Aprendizagem na sala de aula – Carlos Henrique Rodrigues;
- Das narrativas de uma professora surda: experiência de letramento e formação docente – Bianca Gonçalves da Silva e Madalena Klein;

- Fatores Influenciadores da Permanência ou Ausência dos Alunos Surdos Usuários da Língua de Sinais nas Escolas Regulares – Adriana Dantas Wanderley dos Santos.
- Surdos e Ouvintes na Escola Regular: Possibilidade de Emergência dos Sujeitos Bilíngues – Patricia Gräff.

O primeiro texto *Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos* traz a preocupação em que de 85 alunos surdos, 74% desses estudantes estão sozinhos na sala de aula, isto é, sem a presença de seus pares para manterem a comunicação. Nesse sentido, o estudante é visto pelo viés da diferença e a inclusão não é realizada verdadeiramente. O mesmo acontece na revelação do texto *Fatores Influenciadores da Permanência ou Ausência dos Alunos Surdos Usuários da Língua de Sinais nas Escolas Regulares*. Nesse caso, a maioria dos estudantes surdos estão ou em classes especiais ou em escolas bilíngues e apenas um único estudante dentro da escola regular. A comunicação entre alunos e professor-aluno se revela, segundo as leituras realizadas, praticamente inexistentes. Isso também se encontra em *Surdos e ouvintes na escola regular: Possibilidades de Emergências dos sujeitos Bilíngues*, os estudantes surdos se encontravam praticamente isoladas dentro da escola, dependendo do intérprete para toda e qualquer comunicação. Ao se refletir quanto a essas questões, percebe-se o quanto as leis que garantem a aprendizagem tanto de Libras quando de Língua Portuguesa como L2 não é garantida ainda. As políticas, principalmente o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL,2005), por mais que destaque a importância de se incluir, principalmente em se reconhecer as diferenças linguísticas entre surdos e ouvintes, ainda há dificuldades que garantam que esse direito seja executado de forma plena. Pode-se dizer que nestes casos não se trata de inclusão, mas apenas em citar que o estudante tem acesso à escola. Outra questão que se deve levantar nesses casos é quanto à importância da mobilização e do engajamento para que um direito garantido por Lei seja realizado na prática. A importância de as instituições repensarem no fazer pedagógico e no currículo, assim como na formação. Dar acesso à Língua de Sinais como primeira língua e ao português na modalidade escrita é permitir que o surdo seja independente e empoderado. É permitir que faça parte da sociedade letrada. Muitos educadores e instituições precisam se conscientizar da importância da educação para esses sujeitos. Em contrapartida, o texto *Diferenças Linguísticas e Cultural na Perspectiva da Inclusão: Padrões Interacionais e aprendizagem na sala de aula* vem na contramão de tais ideias mencionadas. Mostra, ao leitor, a importância da escola bilíngue, a interação com os pares, do respeito ao código utilizado em sala de aula e a utilização de recursos visuo-espacial,

exige do educador conhecimentos teóricos e metodológicos para que os estudantes possam aprender.

Todas essas questões mencionadas até o momento são importantes, porém, no caso da ANPEd, apenas uma pesquisa dá indícios de práticas pedagógicas. Tal ideia está presente no texto *Das narrativas de uma professora Surda: Experiências de Letramento e Formação Docente* – Binca Gonçalves da Silva e Madelena Klein. A partir da narrativa da professora, nota-se o envolvimento dela com as experiências de leituras, assim como uma identificação da cultura surda. Pelo relato da professora destacado na pesquisa, ela mostra que procura cultivar em seus alunos o gosto pela leitura. Aproveita imagens e cores, para ao seu modo como “surda” ser referência para as crianças. A prática pedagógica encontrada está nesse sentido, isto é, de dar pistas de como interagir e incentivar o estudo da Língua Portuguesa na modalidade escrita aos educandos.

Portanto, a prática pedagógica e a inclusão estão muito relacionadas não apenas com a política, mas também com o engajamento para uma verdadeira inclusão. É aceitar o desafio e procurar caminhos para superar as dificuldades, levando em consideração a especificidade de cada indivíduo.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos observados trazem questões importantes quanto in/exclusão, diferenças linguísticas e culturais, a importância do bilinguismo, aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua e formação de professores. Todas essas questões contribuem para que se repense não apenas na legislação quanto um direito da pessoa surda na sociedade, mas também um comprometimento dos educadores para com os surdos.

Por meio do levantamento bibliográfico, pode-se ter uma noção do que se foi produzido de 2009 (ano em que entra em vigor a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) até 2019/2020 e, assim, verificar e repensar o quanto essas políticas influenciam o direito da escolaridade Dos estudantes surdos..

Outro aspecto que se deve salientar é quanto às práticas pedagógicas presentes nas publicações tanto da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) quanto da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Na SciELO, pode-se encontrar alguma prática pedagógica nos seguintes textos: *Análise da Flexão Verbal de Tempo na Escrita dos Surdos Sinalizadores* (2009), de Aline Nascimento Crato e Maria Silvia Cárnio. *O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos* (2014),

de Maria Cristina da Cunha Pereira, e *Ensino de Língua Portuguesa Escrita na Educação Bilíngue dos Surdos: questões a partir de narrativas de professores da Baixada Fluminense* (2019/2020), de Hector Renan da Silva Calixto, Amélia Escotto do Amaral Ribeiro e Alexandre do Amaral Ribeiro. Lembrando que estes três textos não dão detalhes de como aplicar essa prática, com quem e com quais objetivos necessariamente, apenas menciona.

Já na base de dado da ANPEd, é possível afirmar que o texto: *Das narrativas de uma professora Surda: Experiências de Letramento e Formação Docente* (2012), de Bianca Gonçalves da Silva e Madalena Klein, apresenta uma prática para ensinar Língua Portuguesa escrita para crianças. Mais uma vez, tal recurso não é detalhado.

O que se pode mencionar é que durante esses dez anos, de 2009 a 2019, pouquíssimas publicações abordaram a Língua Portuguesa na educação dos surdos. Percebe-se que por mais que haja políticas garantindo esse direito, em muitos lugares deste país, não há condições que se proporcione ao estudante surdo exercer seu direito comunicativo. Muitas escolas regulares não se encontram preparadas para atender as especificidades linguísticas das pessoas com surdez. E, mais uma vez, escola de inclusão, não é aquela que permite ao acesso físico da sala de aula, mas sim aquela que proporciona interação entre todos os estudantes. Educação bilíngue não é a execução de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa ao mesmo tempo. Educação bilíngue é proporcionar a base linguística do surdo e a partir de aí possibilitar a segunda língua (português). Utilização da Línguas de sinais para se comunicar como também para compreender outros conhecimentos, inclusive a Língua Portuguesa. Compreender um bilhete, um anúncio, ler a legenda de um filme são maneiras de possibilitar a inclusão. E as perguntas nesse sentido são: como as escolas estão ensinando a Língua Portuguesa aos alunos surdos com o objetivo de inclui-los na sociedade letrada? Quais práticas realmente podem ser utilizadas para que se torne mais eficiente a aprendizagem de Língua Portuguesa para estudantes surdos? O que se tem produzido de materiais pedagógicos que auxiliem o professor?

Na SciELO, ficou evidente a presença de apenas três publicações que se referiam sucintamente às práticas pedagógicas realizadas por docentes aos estudantes surdos. Já a ANPEd, apenas uma publicação. Todas as outras se referiam ou à ausência de estudantes surdos nas salas regulares, ou à falta de comprometimento da escola e do corpo docente quanto à importância de incluir; outros problematizando a falta de uma língua estruturada para que se possa adquirir outros conhecimentos, ou até mesmo a falta de esclarecimento da família em relação à Língua de Sinais.

Sendo assim, se pode compreender o quanto as políticas públicas somente não bastam para proporcionar a inclusão. O estar dentro da sala de aula não significa aprendizagem,

principalmente, no que corresponde a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. Nesse sentido que se está a inclusão, isto é, reconhecer as diferenças linguísticas naturais, mas ao mesmo tempo garantir a oportunidade de comunicação social por outras vias como: leitura e escrita.

Portanto, durante os dez anos contando a partir da publicação das Políticas Nacionais de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva até os meados de 2020, apenas essas quatro publicações fazem referência às práticas pedagógicas para estudantes surdos. Nota-se que ainda faltam estudos para que tais questões sejam respondidas, assim como para que se possa não apenas pensar e discutir sobre educação inclusiva, mas, antes de tudo, dar subsídios ao trabalho prático do educador em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 30 nov. 2020.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em 30 nov. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em 30 nov. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em 30 nov. 2020.

CALIXTO, H. R. S.; RIBEIRO, A. E. A.; RIBEIRO, A. A. Ensino de língua portuguesa escrita na educação bilíngue de surdos: questões a partir de narrativas de professores da Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.100, n.256, p.578-593, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v100n256/2176-6681-rbeped-100-256-578.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

CRATO, A. N.; CARNIO, M. S. Análise da flexão verbal de tempo na escrita de surdos sinalizadores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2009, v.15, n.2, p.233-250. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n2/05.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GALVÃO, M. C. B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de Epidemiologia**, Barueri, v.398, 2ed, 2010.

GRÄFF, P. Surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues. 2013. Trabalho apresentado no GT-15 Educação Especial. **Anais da 36ª Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd**. Goiânia, GO, outubro de 2013. Disponível em:

[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt15\\_trabalhos\\_pdfs/gt15\\_2921\\_resumo.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt15_trabalhos_pdfs/gt15_2921_resumo.pdf). Acesso em: 09 out. 2020.

SILVA, B. G.; KLEIN, M. Formação para o ensino agrícola nos centros de treinamento para professores e auxiliares rurais (1952-1963). 2012. Trabalho apresentado no GT-15 Educação Especial. **Anais da 35ª Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd**. Porto de Galinhas, PE, outubro de 2012. Disponível em: [http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT15%20Trabalhos/GT15-2111\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT15%20Trabalhos/GT15-2111_int.pdf). Acesso em: 09 out. 2020.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a04.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

LOPES, M. C.; MENEZES, E. C. Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos. 2009. Trabalho apresentado no GT-15 Educação Especial. **Anais da 32ª Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd**. Caxambu, MG, outubro de 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT15-5731--Int.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

MORI, N. N. R.; SANDER, R. E. História da educação dos surdos no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA PPE, 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 1-16. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_04/94.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf). Acesso em 27 nov. 2020.

MOURÃO, C. Educação de Surdos - Retrocedendo para Milão. Será? *In*: 4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO/1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, Canoas/RS. **Anais...** Canoas/RS: Editora da ULBRA, 2011, p.1-12. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=233>. Acesso em 27 nov. 2020.

PEREIRA, M. C. C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, p. 143-157, Editora UFPR, Edição Especial n. 2/2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/11.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

POKER, R. B. **Abordagens de ensino na educação das pessoas com surdez**. Unesp, 2002. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/Modulo2/m2a2\\_texto2.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/Modulo2/m2a2_texto2.pdf). Acesso em: 12 set. 2020.

RODRIGUES, C. H. Diferença linguística e cultural na perspectiva da Inclusão: padrões interacionais e aprendizagem na sala de aula de surdos. 2010. Trabalho apresentado no GT-15 Educação Especial. **Anais da 33ª Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd**. Caxambu, MG, outubro de 2010.

Disponível em:

<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6187--Int.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

SACKS, O. **Vendo Vozes. Uma jornada pelo Mundo dos Surdos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SANTOS, A. D. W. Fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares. 2012. Trabalho apresentado no GT-15 Educação Especial. **Anais da 35ª Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd**. Porto de Galinhas, PE, outubro de 2012.

Disponível em:

[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT15%20Trabalhos/GT15-1531\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT15%20Trabalhos/GT15-1531_int.pdf). Acesso em: 09 out. 2020.

SILVA, S. G. L. Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitora da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2015, v. 21, n. 2, p. 275-288. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v21n2/1413-6538-rbee-21-02-00275.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

ZILLOTTO, G. S; GISI, M. L. As Políticas Educacionais e a Educação de Surdos. *In: Anais do XIII Educere*. Curitiba: PUCPR, 2017. Disponível em:

[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23461\\_11761.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23461_11761.pdf). Acesso em: 25 out. 2020.